

RELATÓRIO DE GESTÃO

2018

SENADO
FEDERAL



RELATÓRIO DE GESTÃO

2018

SENADO FEDERAL

Comissão Diretora

Senador Eunício Oliveira
PRESIDENTE

Senador Cássio Cunha Lima
PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador João Alberto Souza
SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador José Pimentel
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Gladson Cameli
SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Antonio Carlos Valadares
TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Zezé Perrella
QUARTO -SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador Eduardo Amorim

Senador Sérgio Petecão

Senador Davi Alcolumbre

Senador Cidinho Santos

Luiz Fernando Bandeira de Mello
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Ilana Trombka
DIRETORA-GERAL



SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

2018

BRASÍLIA

SENADO FEDERAL

Publicação elaborada pelo
**ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE GOVERNANÇA
E GESTÃO ESTRATÉGICA**

COORDENADORA

Gabriela Agostinho Borges

ASSESSORIA TÉCNICA

Adriano Torres Ribeiro de Castro

Alexandre de Lana Silva

Daniela Pereira Carvalho

Sharlene Gonçalves de Araújo

Wennder Indalecio Oliveira Fidelis

SECRETÁRIA

Adriana Rosangela Lima Reis

ESTAGIÁRIOS

Abner Pereira Duarte da Silva

Ana Beatriz dos Santos Gonçalves

Krisley Kenia Ribeiro Leite

Brasil. Congresso. Senado Federal.
Relatório de gestão 2018 / Senado Federal. – Brasília: Senado
Federal, 2019.
105 p. : il., gravs., retrs.

1. Brasil. Congresso. Senado Federal, relatório, 2018. I. Título.

CDD 328.81071

CARTA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA



Para além da obrigação de gestor, tenho o dever e a honra de trazer aos meus pares do Congresso Nacional, assim como a toda sociedade, uma prestação de contas da nossa administração do Senado Federal nesse ano em que, com responsabilidade e orgulho, ocupei a Presidência.

Quando assumi o mais elevado posto do Parlamento brasileiro, garanti que não colocaria o Senado contra as correntes tempestuosas. Dava como certo, e não me enganei, que teria companheiros ao meu lado que me ajudariam a navegar. De fato, ultrapassamos as tormentas guiados pela maior das bússolas – a Constituição Federal, com seus 30 anos desde a promulgação.

E posso lhes assegurar: o Senado Federal está melhor, mais eficiente e mais produtivo ao final deste biênio 2017/2019.

É disso que tratamos nesta publicação, com um balanço de ações cotidianas, muitas vezes desconhecidas, mas fundamentais para o funcionamento do Congresso. E não foi pouca coisa o que fizemos por essa complexa estrutura administrativa, que zela para que os mais de cinco mil colaboradores ofereçam, diariamente, as melhores condições de trabalho para a área-fim do Senado: a legislativa.

Posso afirmar: o esforço que verificamos por parte da Diretoria-Geral rendeu, e ainda vai render, muitos frutos. Como presidente do Senado, já contabilizamos enorme economia advinda do princípio maior desta administração: fazer mais, e melhor, com menos. Esse é o nosso legado.

O termo “mais” inclui índices de eficiência, como mostra o capítulo Áreas Especiais de Gestão. Mas nem tudo são números, e em cada capítulo é possível constatar o sentimento profissional incorporado por nossos colaboradores, expresso na Carta de Compromissos do Senado.

Os resultados são iniciativas que aproximam cada vez mais esta Casa legislativa da sociedade e o trabalho conjunto entre a Mesa Diretora e a Diretoria-Geral para viabilizar melhores ações no campo administrativo. Muitas dessas ações se transformaram em referência para o setor público, como o Programa de Sistematização de Contratações, as soluções em inovação tecnológica

desenvolvidas pelo Senado e requeridas por instituições do Brasil e do exterior, e os mecanismos de transparência e de participação popular, que igualmente despertam a atenção de organismos públicos e privados.

Algumas, como o programa de cotas para mulheres vítimas de violência doméstica, uma verdadeira política pública por nós executada, nos orgulha por seu pioneirismo e compromisso social.

São muitas as iniciativas. Todas derivadas de 22 diretrizes estratégicas aprovadas pela Mesa Diretora, estabelecidas na minha posse como presidente desta Casa e, de pronto, incorporadas na forma de projetos estratégicos executados pela Diretoria-Geral.

Sinto-me feliz por ter concretizado essa difícil, mas honrosa, travessia. Sabemos o quão complexo é segurar o leme desta preciosa embarcação. Tal peso, entretanto, é atenuado quando se pode contar com a parceria de profissionais dedicados e comprometidos em melhor servir à população brasileira.

E enquanto nos preparamos para mais uma virtuosa troca de legislatura, oferecemos nas próximas páginas as muitas histórias que trazem, sem sombra de dúvidas, um legado de boas práticas de gestão.

Boa leitura e um 2019 marcado pelo mesmo entusiasmo que nos habituamos a ver em nossa tripulação.

SUMÁRIO

1	CONTEXTO ORGANIZACIONAL	09	3	ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	40
	VISÃO GERAL DO SENADO FEDERAL	10		DECLARAÇÃO DO DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO	41
	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	14		GESTÃO DE PESSOAS	42
	GOVERNANÇA CORPORATIVA	19		GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	48
	POLÍTICAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO	22		SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	54
	GESTÃO DE RISCOS	23		RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	56
				GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	60
				GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	62
				GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	63
2	RESULTADOS DA GESTÃO	26	4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	68
	DECLARAÇÃO DA DIRETORA-GERAL	27		DECLARAÇÃO DO CONTADOR	69
	PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS	29		DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	71
	MARCOS DA GESTÃO	38			



1
CAPÍTULO

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

VISÃO GERAL DO SENADO FEDERAL

O Senado Federal é um dos órgãos que compõe o Poder Legislativo. Como funções principais, se tem a legislativa e a fiscalizadora. Estas funções estão formalizadas na Constituição Federal de 1988 e são os elementos essenciais da missão do órgão. A missão (propósito da organização) e a visão (estado futuro que a instituição pretende alcançar), elementos estratégicos norteadores da estratégia da instituição, foram determinados no ato da comissão diretora, nº 5 de 2015, conforme figura abaixo. Estes são elementos estratégicos importantes para o direcionamento do órgão e, juntamente com os objetivos, diretrizes e valores, apresentados mais à frente neste relatório, têm sido utilizados para determinar e priorizar as ações de gestão da Casa.

A cadeia de valor constitui base fundamental para a análise e o diagnóstico da estrutura formal de uma instituição. Sua importância assenta-se no diagnóstico do grau de congruência entre os processos existentes e seu arcabouço de suporte, permitindo maior alinhamento entre ambos e, conseqüentemente, maior efetividade dos objetivos estratégicos pretendidos.

No que tange à cadeia de valor do Senado Federal, foram identificados três grandes blocos de processos: Gestão Institucional, Finalístico e de Suporte. Os processos finalísticos são aqueles que impactam diretamente os beneficiários externos: no caso do Senado Federal, a sociedade, os estados federados e os cidadãos. Os processos de suporte são aqueles que sustentam os processos finalísticos, fornecendo apoio de recursos financeiros, humanos, materiais, tecnológicos, entre outros. Já os processos de gestão institucional são aqueles necessários para coordenar, controlar e direcionar os processos finalísticos e de suporte, além de representar a interface da instituição com elementos de seu ambiente externo.

CADEIA DE VALOR

MISSÃO

Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos Estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.

PROCESSOS DE GESTÃO

- Relações Internacionais
- Consultoria Jurídica e Advocacia
- Planejamento e modernização
- Controle Interno

PROCESSOS FINALÍSTICOS

APOIO À ATIVIDADE PARLAMENTAR

Assessoramento Técnico-Especializado
Assessoramento Técnico-Operacional
Assessoramento Direto aos Parlamentares
Comunicação Social

ATIVIDADE PARLAMENTAR

Interlocação e Debate Parlamentar

- Elaboração Legislativa
- Fiscalização e Controle das políticas públicas, do Orçamento e da ação do Estado
- Controle do Equilíbrio entre Poderes
- Controle Federativo
- Investigação e Inquérito Parlamentar

PROCESSOS DE SUPORTE

- Gestão do Conhecimento
- Documentação
- Editoração e Publicação
- Telecomunicação
- Tecnologia da Informação
- Gestão de Pessoas
- Orçamento e Finanças
- Aquisições e Contratos
- Instalações e Patrimônio
- Segurança

VISÃO

Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais, com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão pública.

Figura adaptada. Cadeia de Valor desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas em 2005. (EGOV - 2018)

ESTRUTURA

A estrutura organizacional do Senado Federal é dinâmica e tem sido alterada de maneira contínua para se adaptar às mudanças do ambiente, para facilitar a implantação da estratégia e para atender às necessidades dos clientes e usuários do órgão. Entende-se que a estrutura não deve ser tida como uma restrição, algo que limita a atuação do órgão, mas como um instrumento que torna a entrega de resultados mais eficiente, efetiva e eficaz.

A estrutura atual do Senado Federal é representada no organograma abaixo. Nele são apresentadas as unidades legislativas e administrativas que compõem o órgão:

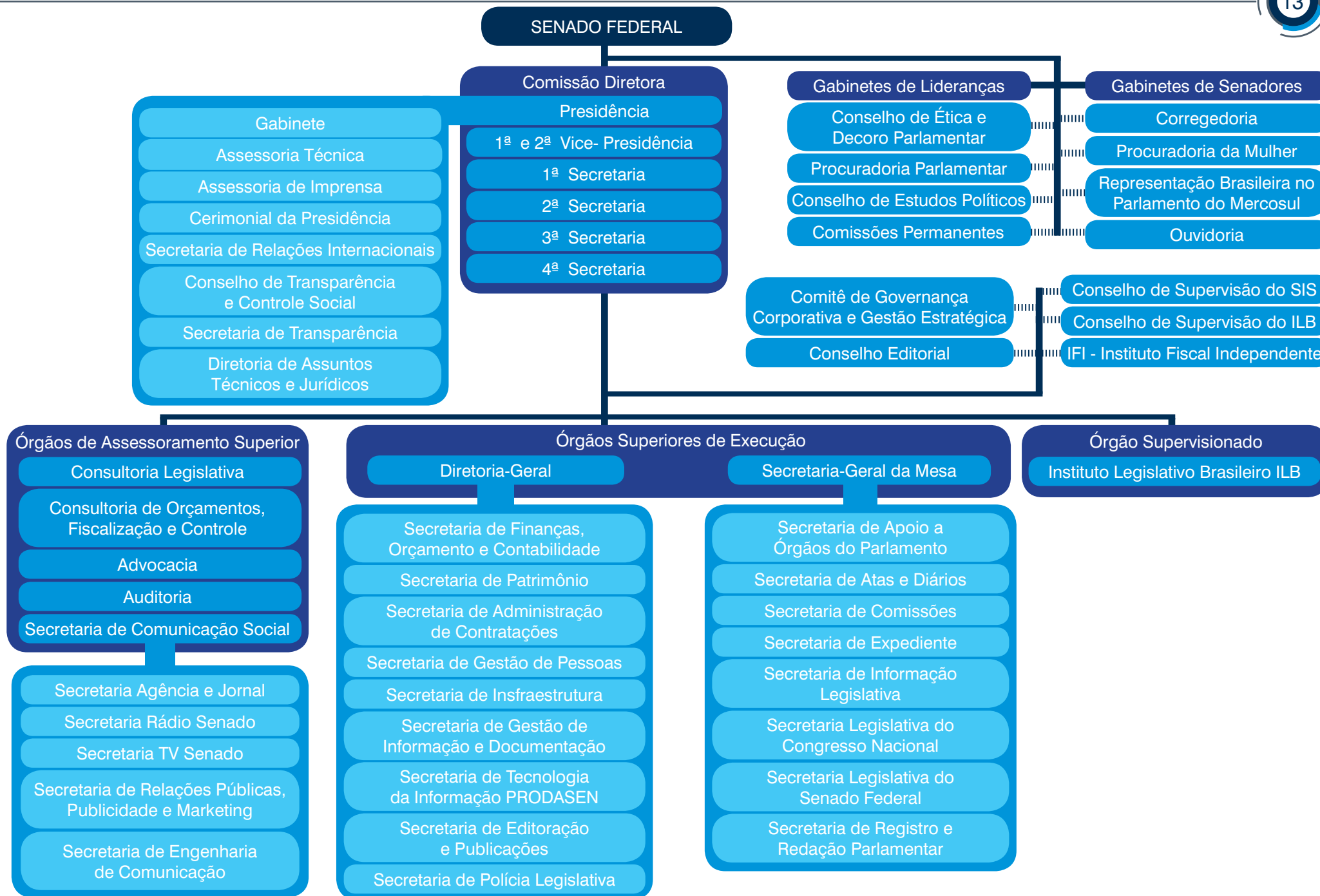


Figura adaptada. Organograma criado em 2015. (EGOV - 2018)

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Desde 2015, o Senado Federal conta com um conjunto de elementos estratégicos, que devem nortear as ações da gestão da Casa até 2023. Este conjunto é formado pela missão, visão, valores e objetivos estratégicos da instituição (Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015). Esses elementos ajudam a definir uma perspectiva de longo prazo para a gestão da Casa, deixando claro para todos os colaboradores e para a sociedade em que patamar o Senado pretende estar daqui a alguns anos e o caminho que vai percorrer para chegar lá.



A cada dois anos, são publicadas, por meio de ato da Comissão Diretora, diretrizes estratégicas, que servem como orientação para o desenvolvimento das ações de gestão no Senado. O biênio 2017 - 2019 conta com 22 diretrizes (Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2017) que foram desenvolvidas em 17 projetos estratégicos (Ato Conjunto SGM/DGER nº 1 de 2017). Estes são ações com início, meio e fim que ajudam a concretizar todo o esforço de planejamento. A imagem abaixo apresenta a relação entre os elementos estratégicos citados.



VALORES

Valores são pilares que devem ser utilizados para orientar ações e harmonizar as relações entre os interessados. No caso do Senado Federal, os valores da instituição foram definidos como compromissos, no Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015, e têm sido realizadas ações específicas para que estes valores sejam internalizados na cultura da organização:

- 1 Compromisso com o Parlamento
- 2 Compromisso com a excelência na prestação de serviços públicos
- 3 Compromisso com a qualidade de vida dos colaboradores
- 4 Compromisso com a igualdade
- 5 Compromisso com a livre disseminação de ideias
- 6 Compromisso com a transparência
- 7 Compromisso com responsabilidade na utilização de recursos públicos
- 8 Compromisso com a sustentabilidade
- 9 Compromisso com a acessibilidade
- 10 Compromisso com a memória do Senado
- 11 Compromisso com a comunidade

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Abaixo são apresentados os Objetivos Estratégicos do Senado Federal, conforme o Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015:

- 1 Aumentar a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos
- 2 Melhorar de maneira contínua os processos de trabalho
- 3 Valorizar as pessoas
- 4 Fortalecer a transparência e a comunicação
- 5 Readequar a estrutura física
- 6 Preservar a memória do Senado
- 7 Priorizar as atividades fim do Senado

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Abaixo são apresentadas as Diretrizes Estratégicas do Senado Federal para o biênio 2017/2018, conforme o Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2017:

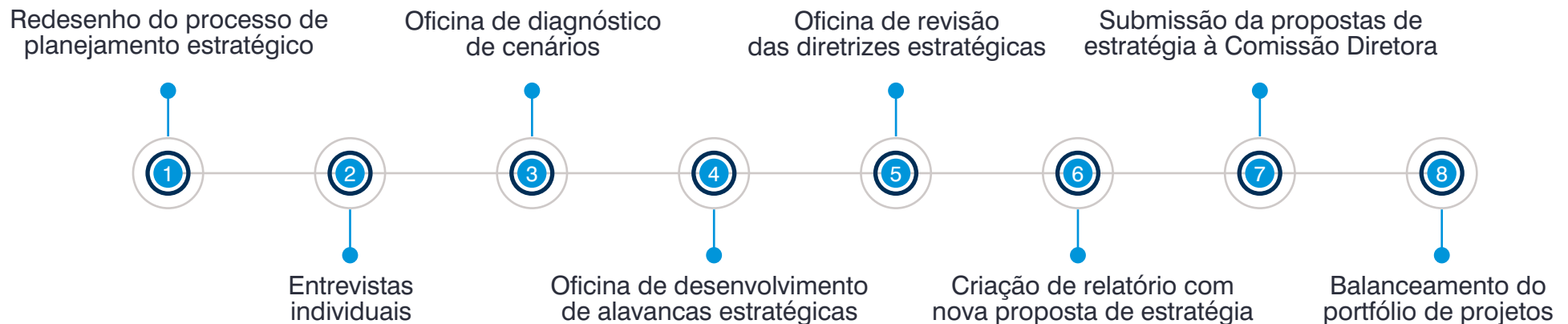
- 1 Avaliação de políticas públicas quanto ao impacto legislativo
- 2 Alinhamento da capacitação com a estratégia
- 3 Definir e usar modelos de governança e planejamento estratégico
- 4 e-Cidadania como funcionalidade para parlamentares
- 5 Flexibilidade da jornada de trabalho
- 6 Gestão do plano de saúde
- 7 Gestão do conhecimento
- 8 Emprego de informações gerenciais
- 9 Manutenção, segurança e conservação da estrutura física do Senado, sem expansão
- 10 Melhoria e automação de processos
- 11 Modernização da comunicação institucional com foco em mídias sociais
- 12 Oferta ativa de informação legislativa
- 13 Ratificação da continuidade dos planos de logística sustentável, acessibilidade e equidade
- 14 Portais
- 15 Programa de modernização dos sistemas legislativos e parlamentares
- 16 Racionalizar uso de mão de obra terceirizada
- 17 Readequação do quadro de pessoal
- 18 Promoção da saúde no trabalho e do trabalhador
- 19 Teletrabalho
- 20 Transparência
- 21 Unificação do modelo de atendimento - públicos interno e externo
- 22 Conversão da comunicação e relacionamento do Senado para plataformas móveis

As diretrizes do ciclo 2017/2018 motivaram a revisão de processos organizacionais e o desenvolvimento de novos projetos. Dentre os resultados alcançados, pode-se destacar:

- Maior eficiência no atendimento a usuários dos serviços de recursos humanos;
- Melhoria da qualidade do áudio do plenário;
- Criação de um plenário redundante;
- Aperfeiçoamento do processo de atendimento a usuários que demandam mudanças em seus ambientes físicos;
- Geração de novos mecanismos de interação entre os cidadãos e os parlamentares;
- Aumento da integração das informações geradas pela Câmara e pelo Senado durante a execução do processo legislativo;
- Fortalecimento do processo de governança de TI;
- Consolidação do modelo de capacitação gerencial;
- Desenvolvimento do processo de avaliação de impacto legislativo;
- Melhoria dos processos de suporte a gestão e governança relacionados ao planejamento da estratégia e à gestão de portfólios;
- Aprimoramento do processo de recepção de pessoas do Senado.

Esses resultados mencionados estão ligados diretamente aos projetos estratégicos, gerados a partir das diretrizes estratégicas. Todavia, é importante destacar que as diretrizes motivaram não apenas a criação dos projetos estratégicos, mas também o desenvolvimento de projetos setoriais, a modificação de processos, que não careciam de um projeto para isso, e a execução de ações pontuais.

Partindo do pressuposto que o processo da estratégia deve ser dinâmico, este foi revisado e melhorado como parte do escopo do projeto estratégico “estruturação do processo de apoio a gestão corporativa”. O novo processo teve sua execução iniciada no segundo semestre de 2018 e gerará como produto a atualização das diretrizes estratégicas que serão os elementos orientadores para a gestão da Casa durante o biênio 2019/2020. Após a aprovação das novas diretrizes pela Comissão Diretora, o portfólio de projetos estratégicos será balanceado, levando em consideração a nova estratégia do órgão.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

O sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para obter boa governança. Envolve, portanto, as estruturas administrativas, os processos de trabalho, os instrumentos, o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização. De forma simplificada, esse sistema integrado de governança e gestão pode ser assim representado:

SISTEMAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO CORPORATIVAS DO SENADO FEDERAL

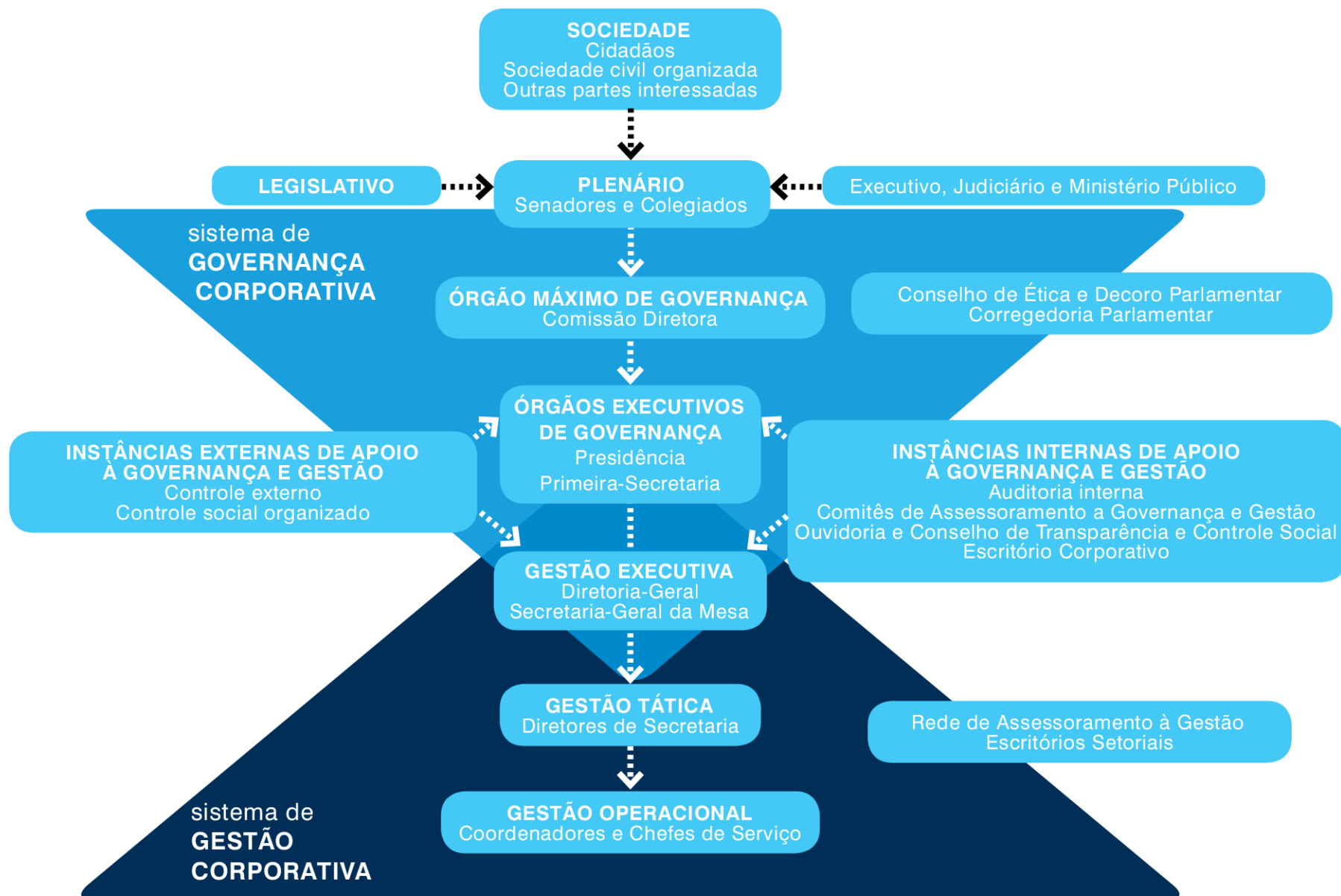


Figura adaptada. Sistema de Governança em órgãos e entidades da Administração Pública. Referencial Básico de Governança - TCU, 2014. (EGOV - 2018)

O sistema de governança do Senado Federal, no sentido amplo, decorre da própria Constituição, a qual preceitua que todo poder emana do povo (sociedade) e seu exercício dar-se-á, indiretamente, por meio dos seus representantes eleitos. Adicionalmente, a Constituição estabelece a missão e atribuições do Senado Federal, além das competências da Mesa e do Presidente, e atribui ao Plenário da Casa a competência privativa para, por meio de Resolução, promover mudanças do Regimento Interno bem como mudanças em sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração.















Realizando este mandato constitucional, o Regimento Interno institui e atribui à Comissão Diretora, composta pelos titulares da Mesa, o papel de Órgão Máximo de Governança Administrativa. Desta forma, nota-se que os princípios e pressupostos democráticos e representativos expressos na Carta se desdobram e permeiam, partindo da sociedade através de seus representantes, o sistema de governança corporativa do Senado Federal. Afinal, enquanto a Comissão Diretora exerce o papel de órgão máximo de governança administrativa da Casa, cabe ao Plenário eleger seus membros ou ainda, por iniciativa de qualquer Senador ou colegiado regimental, dispor sobre o seu funcionamento e atribuições.

Adicionalmente, o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pelo Plenário por meio de Resolução e modificado por meio de Atos da Comissão Diretora, estabelece as competências administrativas dos demais órgãos constituintes dos sistemas de governança e gestão corporativa, especialmente a Presidência e a Primeira-Secretaria. Esses atuam como Órgãos Executivos de Governança, cujas competências abrangem, no contexto corporativo: designação da gestão executiva e das instâncias de apoio à governança e gestão; avaliação de desempenho; supervisão dos atos e contratos administrativos; direcionamento, acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e da estratégia; e aprovação e encaminhamento de planos e políticas corporativas para deliberação da Comissão Diretora.

O sistema de governança corporativa do Senado Federal vai além de sua origem e estrutura constitucional e representativa ao incorporar, através de um processo de modernização e de orientação para as partes interessadas difusas, boas práticas e referências em governança pública nos aspectos de transparência, prestação de contas e responsabilização. Nesse sentido, destacam-se a Ouvidoria, o Conselho de Transparência e Controle Social e o Serviço de Informação ao Cidadão. Cabe observar que alguns órgãos do Parlamento, como o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a Corregedoria Parlamentar, também integram o sistema de governança corporativa, exatamente por essa sua estrutura política e representativa.

POLÍTICAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO

As políticas objetivam aprimorar e fortalecer os mecanismos de governança, orientando a atuação dos seus gestores e colaboradores. Adicionalmente, contribuem para aumentar a transparência sobre as práticas adotadas internamente na Casa. Elas definem ações, atribuem responsabilidades, orientam condutas, estabelecem o direcionamento estratégico e determinações para as atividades corporativas:

-  **Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal (17/04/2018)**
ATC nº 2/2018 
-  **Política de Responsabilidade Socioambiental (21/03/2013)**
ATC nº 4/2013 
-  **Política de Acessibilidade (26/06/2013)**
ATC nº 15/2013 
-  **Política de Gestão de Riscos Organizacionais (26/06/2013)**
ATC nº 16/2013 
-  **Política de Contratações (17/04/2018)**
ATC nº 2/2018 
-  **Política de Governança de Tecnologia da Informação (21/10/2016)**
ATC nº 8/2016 
-  **Política Corporativa de Segurança da Informação (16/06/2017)**
ATC nº 9/2017 

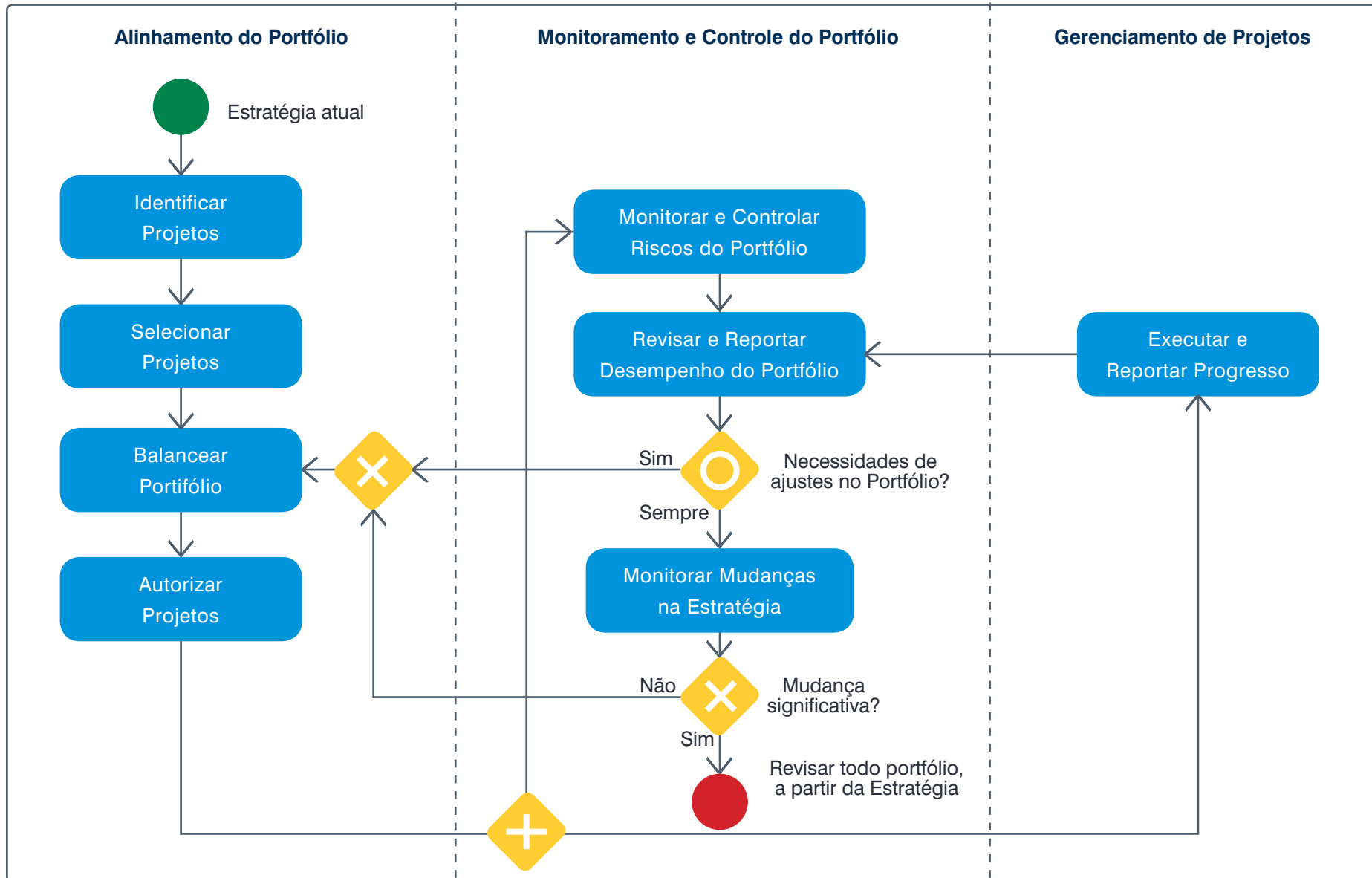
GESTÃO DE RISCOS

O Portfólio de Projetos Estratégicos do Senado Federal, definido após a revisão da Estratégia Corporativa, é monitorado e controlado continuamente de modo a se gerenciar o risco de não atingimento dos resultados almejados. Esse processo de gestão de portfólio garante que os projetos aprovados permaneçam alinhados à Estratégia Corporativa e os riscos detectados nos projetos possam ser analisados e gerenciados, de forma a não se tornarem problemas de fato e prejudicarem o atingimento dos resultados estratégicos desejados.

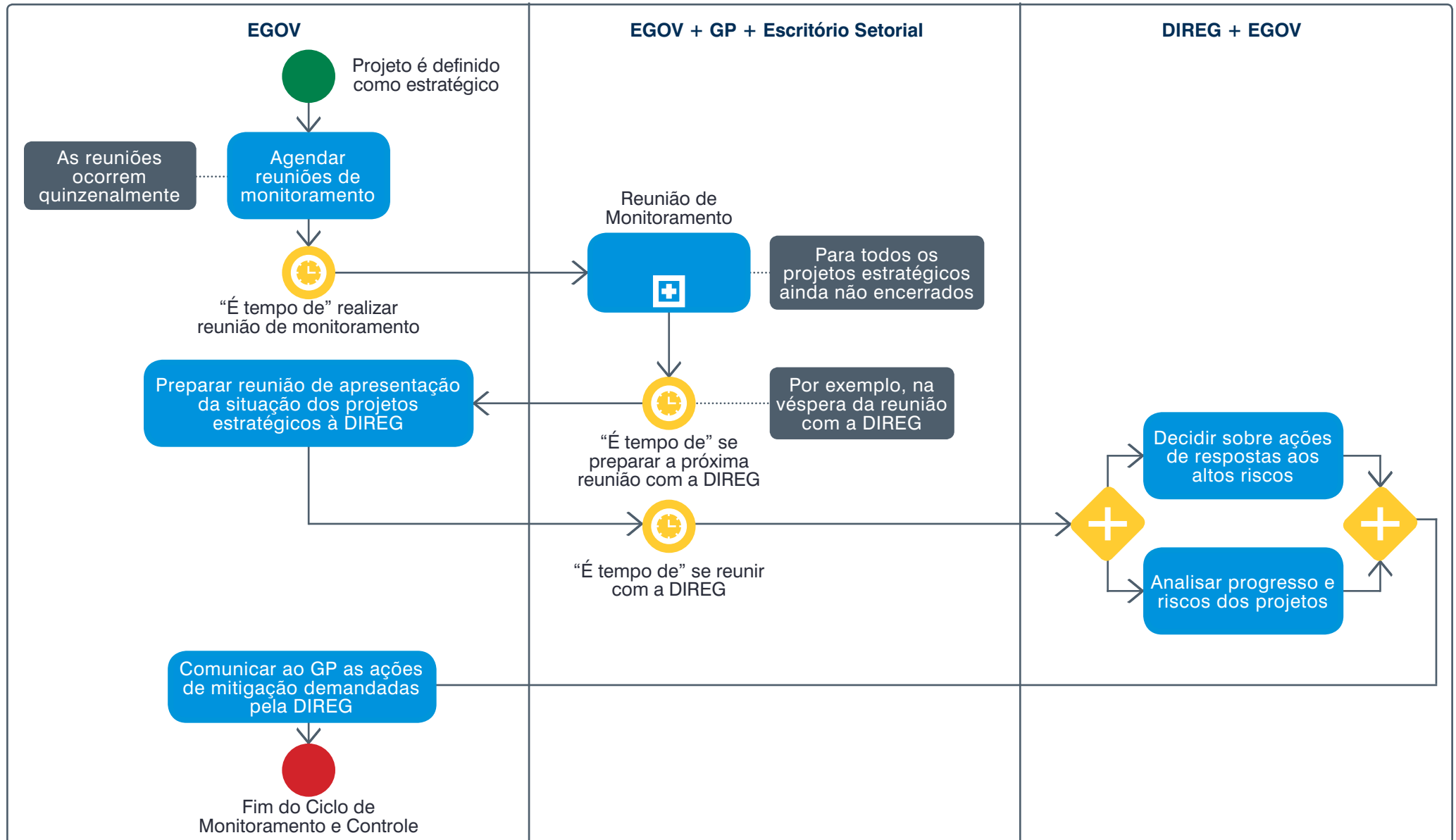
O “Processo de Monitoramento e Controle do Portfólio de Projetos Estratégicos” tem dois objetivos principais: gerenciar os riscos do portfólio e subsidiar a alta administração de informações atualizadas sobre o andamento dos projetos, focando na comunicação dos resultados atingidos. O monitoramento é realizado por meio de reuniões quinzenais entre o gerente do projeto, o chefe do Escritório Setorial de Gestão da unidade ao qual o gerente faz parte, membros do EGOV (Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica) e outros colaboradores que forem convocados pelo gerente. Nessas reuniões, é decidido o nível hierárquico mais apropriado para o tratamento dos riscos identificados (escalonamento de riscos). Semanalmente, há uma reunião entre a equipe do EGOV e a DIREG (Diretoria-Executiva de Gestão) para apresentação do progresso dos projetos estratégicos e dos riscos altos identificados. O monitoramento contínuo tem possibilitado a antecipação de situações que pudessem vir a se tornar problemas e prejudicar o desempenho dos projetos e, conseqüentemente, o atingimento da Estratégia Corporativa.

Para facilitar a comunicação e a mensuração dos resultados dos projetos, no segundo semestre de 2018, acrescentou-se, às reuniões de monitoramento, o acompanhamento dos Objetivos e dos “Resultados-Chave” a serem entregues pelos projetos. Dessa forma, foi possível qualificar de maneira mais clara e objetiva quais são os resultados concretos esperados de cada projeto.

GESTÃO DE PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS - VISÃO GERAL DO PROCESSO



MONITORAMENTO E CONTROLE DE PROJETOS ESTRATÉGICOS





RESULTADOS DA GESTÃO

DECLARAÇÃO DA DIRETORA-GERAL, ILANA TROMBKA



Comprometida com a valorização do Poder Legislativo como fundamento da democracia, a Administração do Senado Federal tem como guia onze pilares, compilados em um documento intitulado Carta de Compromissos, que já faz parte da cultura da Casa. São compromissos com o Parlamento; com excelência na prestação de serviços públicos; com qualidade de vida dos colaboradores; com a igualdade; com a livre disseminação de ideias; com a transparência; com a responsabilidade na utilização de recursos públicos; com a sustentabilidade; com a acessibilidade; com a memória do Senado; e com a comunidade.

Muitos deles são transversais. Por exemplo, a economia de recursos públicos não descarta o comprometimento com a sustentabilidade. Nesse ponto, o Senado estabeleceu como regra que as compras passassem a obedecer a critérios ambientalmente sustentáveis. A substituição de copos plásticos, há quase três anos, foi uma das primeiras ações dentro desse novo cenário, que em 2018 passou a valer para todos os contratos. A implementação de sistemas informatizados mais racionais e do fluxo eletrônico dos processos rendeu maior agilidade e controle de compras e de contratações. Além disso, extinguiu o uso de papel nas tramitações administrativas. O lema é sempre procurar fazer mais e melhor, ao menor custo.

As informações prestadas pelo Senado Federal aos órgãos de controle, meios de comunicação, senadores, servidores, colaboradores ou aos membros da sociedade em geral devem ter por características correção, precisão, clareza e celeridade.

Nesse sentido, após pesquisas, testes e conversas com entidades da sociedade civil, o Comitê Gestor de Internet do Senado; a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf) e a Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) se juntaram para modernizar a interface e simplificar o conteúdo do Portal do Orçamento, mantido pelo Senado. A Direção conseguiu, assim, tornar mais fácil para o internauta localizar as informações desejadas, com uma linguagem mais acessível. O compromisso com a transparência também deu origem a uma campanha publicitária, nos veículos de comunicação do Senado, sobre a página do projeto “**Orçamento Fácil**” que, a partir de animações e histórias, explica de maneira divertida as etapas de construção do orçamento público. Só nos primeiros três meses de 2018, a campanha resultou em um aumento de 75% de acessos a essa página.

Ações de educação, cultura e civismo, entre outras, também fazem parte do rol de compromissos que a Casa tem com a sociedade. O Senado se dedica a utilizar os serviços públicos de forma a conservar os espaços, preservar e disponibilizar para a comunidade a memória legislativa do país. Apesar de o Museu Histórico do Senado Federal ter apenas 27 anos, sua tarefa percorre quase duzentos anos de história institucional. Anualmente, uma média de 180 mil pessoas visitam esse “museu casa”, uma vez que seus acervos se

encontram espalhados entre plenários, gabinetes, salões e corredores. Merecem destaque, nesse sentido, os eventos realizados em comemoração aos 30 anos de promulgação da Constituição Federal, assinada em 5 de outubro de 1988. Exposições de fotos, textos e material radiofônico e de vídeo; Revista Legislativa com edição comemorativa; visita temática; lançamento de *hotsite* e de selo comemorativo. Essas e outras realizações fizeram parte do circuito de homenagens no Senado e na Câmara dos Deputados, parceira na maioria das iniciativas.

Por fim, consciente da enorme responsabilidade que a administração tem para que esta instituição exerça com primazia a missão de legislar, a Diretoria-Geral empenha-se a criar um ambiente propício à efervescência intelectual de seus colaboradores, de modo que se sintam livres e estimulados a apresentarem opiniões e ideias a seus pares, superiores ou subordinados, com o propósito que sejam consideradas e discutidas no processo de decisão. Esse ambiente cooperativo traz melhorias à qualidade de vida do público interno da Casa e sensação de igualdade entre os colegas de trabalho, o que se traduz em aprimoramento contínuo do serviço prestado à sociedade.

PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Após a publicação das diretrizes, deu-se início ao processo de revisão da carteira de projetos estratégicos do Senado Federal, pois, com o novo direcionamento dado pelas diretrizes, se fez necessário um realinhamento das ações que deveriam ser executadas. Após esse ciclo de revisão, chegou-se ao número de 17 projetos estratégicos, que abordam os mais variados temas e que abrangem, de maneira direta e indireta, todas as unidades da instituição. Os projetos estratégicos foram definidos pelo Ato nº 1, de 2017, da DGER e SGM e terão sua execução até o fim do ciclo estratégico 2017/2018 em fevereiro de 2019, momento em que as novas diretrizes serão definidas e o portfólio de projetos estratégicos será revisado:

PROJETO

Aprimoramento do processo de avaliação de impacto legislativo e de desempenho das políticas públicas.

UNIDADE EXECUTORA

Consultoria Legislativa.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: Avaliação de políticas públicas quanto ao impacto legislativo

Entender qual será o impacto para a sociedade de uma determinada política pública ou Lei, previamente à aprovação ou promulgação, é o objetivo desta ação. Busca-se a definição e implantação de sistemática para a análise e compreensão do provável impacto desses institutos por meio de estudos, prévios e criteriosos, sob diversas óticas, tais como legal, jurídica, econômica, social e ambiental. Também é objeto dessa ação, a coordenação com outros órgãos do Legislativo e de outros poderes, no sentido de integrar as iniciativas em curso nesse tema, inclusive a Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas promovida pelo Senado Federal.

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

Diretriz fortalecida com a criação de projeto estratégico que realizou a revisão do processo de avaliação de políticas públicas, assim como definiu um novo processo de avaliação de impacto.

PROJETO

Aprimoramento da capacitação gerencial.

UNIDADE EXECUTORA

Secretaria de Gestão de Pessoas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: Alinhamento da capacitação com a estratégia

A capacitação deve ser percebida como um instrumento institucional de realização da estratégia e que alavanque o capital humano do Senado Federal, com foco no atingimento das ações propostas para este biênio. Assim, deve-se fomentar a integração e o alinhamento da capacitação de todas as áreas com a estratégia da Casa.

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

As diretrizes e projetos estratégicos motivaram a criação de algumas capacitações internas e externas. Porém, o maior ganho obtido foi o fortalecimento do Programa de Formação Gerencial (PFG), que foi remodelado e proporcionou um desenvolvimento do corpo gerencial da Casa.

PROJETO

Ampliação das funcionalidades de e-Cidadania.

UNIDADE EXECUTORA

Secretaria-Geral da Mesa.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: e-Cidadania como funcionalidade para parlamentares

Devido ao uso crescente do e-Cidadania pela sociedade, é preciso que sejam elaboradas e desenvolvidas novas funcionalidades, em atendimento às demandas e necessidades dos parlamentares, para aprimorar a inserção da ferramenta na rotina legislativa deste Parlamento.

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

Nesse período, o e-Cidadania avançou em relação à integração com as redes sociais e, através da seleção das melhores participações dos usuários, pôde se tornar mais útil aos parlamentares.

PROJETO

Estruturação da gestão da estratégia corporativa.

UNIDADE EXECUTORA

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica.

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

O processo de planejamento estratégico foi revisto e implantado, tendo como resultado a geração da proposta de novas diretrizes para o biênio 2019/2020. Ainda no escopo desse projeto foram definidos os processos de lotação referencial, de melhoria de processos e de gerenciamento do portfólio, foi criado o repositório corporativo de processos e analisado e iniciado o processo de substituição da ferramenta de suporte ao processo de gerenciamento do portfólio de projetos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: Definir e usar modelos de governança e planejamento estratégico

O aperfeiçoamento da gestão do Senado Federal precisa estar em contínua evolução através da definição, adoção e adaptação de modelos de governança e planejamento estratégico que sejam referência e estejam no estado da arte em suas áreas de domínio e aplicação. Para isso, deve-se fomentar a troca de experiências com outras instituições, públicas e privadas, especialmente aquelas ligadas ao Poder Legislativo, nos âmbitos nacional e internacional.

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

O modelo de governança de TI foi fortalecido, contribuindo principalmente para o balanceamento do portfólio de projetos de TI e a integração das diferentes áreas de TI do Senado Federal.

PROJETO

Implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

UNIDADE EXECUTORA

Secretaria de Tecnologia da Informação PRODASEN.

PROJETO

Modernização e humanização do acesso de pessoas e veículos ao Senado Federal

UNIDADE EXECUTORA

Diretoria-Geral

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

O projeto teve como entregas a melhoria do *layout* das recepções de visitantes, a revisão do contrato de recepcionistas, a integração da unidade Relações Públicas com a Polícia Legislativa e a elaboração do termo de referência sobre acesso de veículos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: Manutenção, segurança e conservação da estrutura física do Senado, sem expansão

Incentivo às atividades e serviços que visem assegurar as condições de segurança, confiabilidade e conservação das edificações do Senado Federal, visando a adequada prevenção de acidentes e a ampliação da acessibilidade.

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

O plenário e as comissões foram modernizados, tendo as suas estruturas físicas reformadas e seus equipamentos eletrônicos de suporte aos trabalhos substituídos por tecnologias mais atuais. Destaca-se a reforma do auditório Petrônio Portela que passa a poder ser utilizado como plenário redundante, em caso de necessidade.

PROJETO

Modernização dos Plenários do Senado Federal.

UNIDADE EXECUTORA

Secretaria-Geral da Mesa.

PROJETO

Gestão do conhecimento.

UNIDADE EXECUTORA

Secretaria de Gestão de Informação e Documentação

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

Servidores selecionados foram capacitados no tema por meio de treinamento externo. Após essa ação, foi elaborada uma proposta de “Sistema de Gestão do Conhecimento” para o Senado Federal, com a previsão de execução de projetos-piloto com o intuito de validar o método estabelecido.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: Gestão do conhecimento

O compartilhamento de práticas e informações, de forma a permitir que valiosos conhecimentos para a organização não fiquem retidos em apenas algumas pessoas, deve ser priorizado e valorizado. É fundamental que o conhecimento individual possa ser transformado em conhecimento organizacional ou institucional. No atual cenário, onde a projeção de servidores aptos a se aposentar é cada vez maior, a gestão do conhecimento é uma ação fundamental para mitigar o risco de conhecimentos valiosos serem perdidos.

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

O arquivo do órgão foi analisado e foi feito convênio com a Universidade de Brasília para iniciar o tratamento das peças. Além disso, tem sido planejada uma nova arquitetura de informação para melhor guarda e recuperação dos arquivos digitais.

PROJETO

Revisão do processo de tratamento da documentação histórica e administrativa.

UNIDADE EXECUTORA

Coordenação de Arquivo.

PROJETO

Remodelagem e automação dos processos de Recursos Humanos.

UNIDADE EXECUTORA

Diretoria-Executiva de Gestão.

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

O projeto possibilitou a automação de diversos processos de recursos humanos, gerando maior eficiência e qualidade em suas entregas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: Melhoria e automação de processos

É importante que os serviços essenciais ao Senado Federal, respeitando o que é crítico em relação à sua operação do dia-a-dia e alinhados às diretrizes estratégicas da Casa, sejam constantemente avaliados e tenham gestores bem definidos, permitindo a identificação de eventuais gargalos e oportunidades de aperfeiçoamento. Além disso, a automação e simplificação de processos devem ser priorizadas, visando a integração de sistemas e a simplificação de fluxos, através da eliminação de trabalhos manuais e focando em atividades de análise e de deliberação.

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

O processo foco do projeto foi melhorado e automatizado, gerando ganhos de eficiência e satisfação para os usuários.

PROJETO

Centralização do atendimento das demandas de mudança nos ambientes de trabalho.

UNIDADE EXECUTORA

Secretaria de Infraestrutura.

PROJETO

Aceleração da conversão digital da TV Senado.

UNIDADE EXECUTORA

Secretaria de Comunicação.

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

O projeto concluiu a primeira fase de implantação do PAM (*Production Asset Management*), iniciou o Projeto de Arte e Cenários e realizou a implantação da transmissão 16:9 parcialmente.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: Modernização da comunicação institucional com foco em mídias sociais

A comunicação institucional do Senado Federal deve ser modernizada com a utilização de ferramentas de mídia social, buscando a convergência dos canais para proporcionar maior efetividade no acompanhamento do parlamento e maior interação com a sociedade.

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

O projeto realizou as entregas dos produtos Infomatérias e Senaplay, além de ter realizado o credenciamento de rádios parceiras.

PROJETO

Reestruturação da estratégia de canais de comunicação social.

UNIDADE EXECUTORA

Secretaria de Comunicação.

PROJETO

Integração da informação legislativa entre Câmara e Senado.

UNIDADE EXECUTORA

Secretaria-Geral da Mesa.

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

O projeto realizou a implementação do Plano de Indexação Legislativa, a elaboração da lista de objetivos específicos comuns entre as Casas e a implantação da numeração única de projetos no Congresso.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: Programa de modernização dos sistemas legislativos e parlamentares

Modernização dos sistemas de tecnologia da informação que suportam o Processo Legislativo e a atividade parlamentar. Ao final do Programa, a expectativa é ter soluções de software mais modernas e aderentes aos processos de trabalho e aos novos paradigmas tecnológicos.

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

Como entregas, o projeto apresentou: a Cadeia de Valor do Processo Legislativo elaborada; o processo piloto para aprimoramento por meio de mapeamento de processos selecionado; o *To-Be* do processo-piloto (Uso da Palavra) validado; e a automação do processo-piloto (Uso da Palavra) aprovado e em execução.

PROJETO

Modernização dos Sistemas Legislativos.

UNIDADE EXECUTORA

Secretaria-Geral da Mesa.

PROJETO
Reestruturação das políticas da gestão de pessoal.

UNIDADE EXECUTORA
Diretoria-Executiva de Gestão.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: Readequação do quadro de pessoal

Conhecer a força de trabalho e adequá-la aos processos críticos da Casa, a fim de administrá-la como um verdadeiro recurso estratégico. Reconhecer as lacunas de capacitação, de recrutamento interno (banco de talentos) e externo (concurso público), e adaptar de forma efetiva os perfis profissionais às atribuições dos diversos setores.

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO
O projeto encontra-se em execução.

PROJETO

Reavaliação da estrutura financeira e atuarial do SIS.

UNIDADE EXECUTORA
Diretoria-Executiva de Gestão.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: Gestão do plano de Saúde

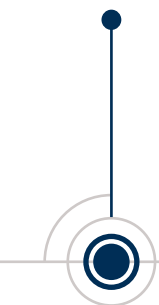
Deve-se promover a profissionalização da gestão do plano de saúde dos servidores e parlamentares de forma a garantir a sustentabilidade do benefício e evitar o aumento dos custos e das contribuições. Para isso, o Senado buscará referências nas boas práticas em gestão de planos de saúde e na capacitação e especialização dos gestores do plano.

ANÁLISE SOBRE O DESEMPENHO

O SIS teve sua estrutura interna alterada para se adequar às atuais necessidades de serviços demandados pelos usuários do plano. Seus canais de atendimento foram aperfeiçoados e o sistema de TI que dá suporte ao processo do plano foi substituído. Ainda há um estudo atuarial em execução para analisar o modelo de estruturação mais adequado que garanta a sustentabilidade do plano.

MARCOS DA GESTÃO

Comitê gestor do site do Senado
facilita acesso aos usuários



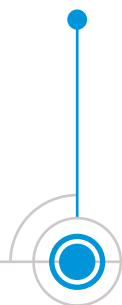
JANEIRO

Criação do selo único para comemoração dos 30 anos
da Constituição pelas duas Casas do Congresso

FEVEREIRO



Senado atinge a marca de mais de 113
milhões de litros de água economizados.



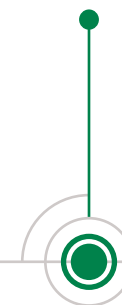
MARÇO

Ouvidoria aproxima o
Senado do cidadão

ABRIL



Diretoria-Geral apresenta trabalho
sobre controle de gastos públicos

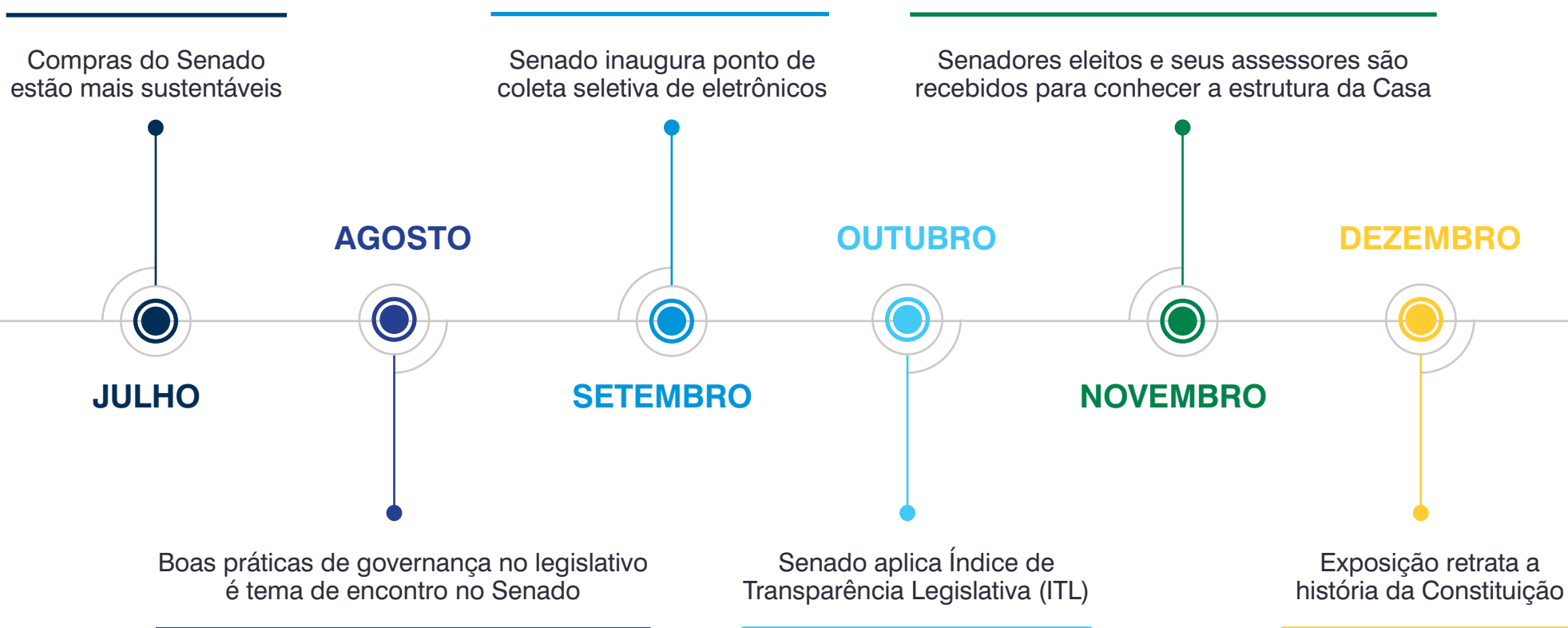


MAIO

Site do Senado passa a ter
tradução em três idiomas

JUNHO







ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

DECLARAÇÃO DO DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO, MÁRCIO TANCREDI



Os temas selecionados como destaque, em 2018, foram a ampliação do alcance da ação socioambiental da Casa e a implementação de um portfólio de 17 projetos estratégicos, iniciados no exercício anterior sob inspiração do conjunto de diretrizes estabelecido, à época, pela Mesa Diretora.

Vários desses projetos têm prazo de conclusão que ultrapassa o biênio 2017/2018, como, por exemplo, o que estabelece novos padrões de tratamento, guarda e recuperação de documentos e de informações de natureza documental, levado em parceria com a Universidade de Brasília. Muitos outros, contudo, foram finalizados e já permitem a fruição de seus resultados pelas áreas funcionais e pela comunidade dos servidores, visitantes e usuários dos serviços prestados pelo Senado. Exemplos desses são a ampliação das funcionalidades do e-Cidadania, nossa plataforma de participação cidadã no processo legislativo; o aprimoramento da capacitação gerencial; a modernização do acesso de pessoas ao Senado Federal; a automação do atendimento das demandas de mudança nos ambientes de trabalho, entre outros.

As ações socioambientais foram dinamizadas em 2018. Operacionalizadas em área específica – o Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais –, elas se distribuem nos eixos temáticos de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão Social e Equidade de Gênero e Raça.

As iniciativas de Sustentabilidade estão definidas no Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS, ferramenta de planejamento que possibilita estabelecer práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais.

As ações da gestão para a acessibilidade têm como objetivo a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais e atitudinais. O Plano de Acessibilidade é a ferramenta utilizada para a gestão de suas metas, prazos e indicadores divididos em 5 eixos temáticos: infraestrutura, acesso à informação, mobilidade, gestão de pessoas e educação para acessibilidade. Destacam-se: atendimento especializado para visitantes, servidores e parlamentares com deficiência física ou mobilidade reduzida; interpretação em Libras, audiodescrição e legenda em tempo real para eventos; reforma de espaços físicos; uso de ferramentas de acessibilidade na TV Senado, no site e nas mídias sociais; e aumento da participação de estagiários e jovens aprendizes com deficiência em nossos quadros funcionais

No tema de Gênero, foi finalizada a implementação da cota de 2% de participação de mulheres em situação de risco por violência doméstica nos contratos de terceirização da Casa. Feito em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, o projeto tem inspirado a adesão de outras entidades, públicas e privadas, ajudando a reduzir os efeitos da violência na vida das famílias de baixa renda na região da Capital e Entorno.

GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL

APONTAMENTOS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

O Senado ainda está sujeito a auditorias constantes tanto pelo Órgão de Controle Interno, que promove acompanhamento da atividade administrativa, com recomendações às áreas técnicas, como pelo Órgão de Controle Externo, o Tribunal de Contas da União, que edita Acórdãos com determinações para cumprimento por esta Casa. Como exemplo, o Serviço de Concessão de Pensões da Coordenação de Benefícios Previdenciários - COBEP – analisou 46 (quarenta e seis) processos de concessão de pensão civil a filha maior solteira, prevista na Lei nº 3373/58, e verificou que:



Todos os atos de aposentadoria e pensão concedidas pelo Senado Federal foram registrados no sistema e-Pessoal, do Tribunal de Contas da União. Em 2018, todos os servidores e autoridades parlamentares entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorizaram seu acesso, conforme dispõe a Lei nº 8.730 de 10/11/1993.

LEGISLAÇÃO APLICADA

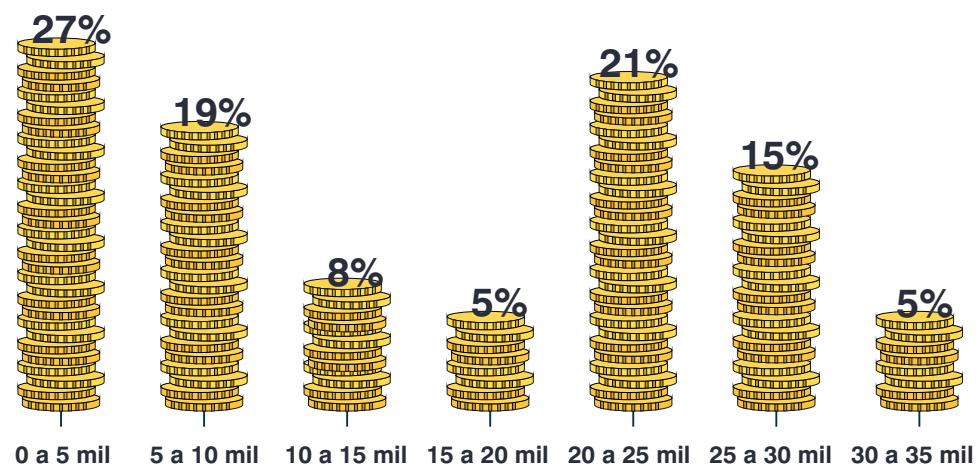
O Senado Federal observa os termos da Lei nº 8.112/90 e da Lei nº 9.784/99, dentre outras normas aplicáveis à Gestão de Pessoas no âmbito da Administração Pública Federal. Internamente, a principal norma na área administrativa é a Resolução nº 13, de 2018, promulgada pelo Presidente da Casa, que consolida e ratifica as alterações promovidas na estrutura do Senado Federal e apresenta o Regulamento Administrativo do Senado Federal, em seu anexo.

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR ETNIA

Existe uma predominância de servidores de cor branca, sendo que homens e mulheres dessa cor representam 56% do total do quadro de pessoal. Os que se declaram pardos representam 32%, seguidos pelos negros (5%). Amarelos, índios e não informados representam em média 7% do total do quadro de servidores.

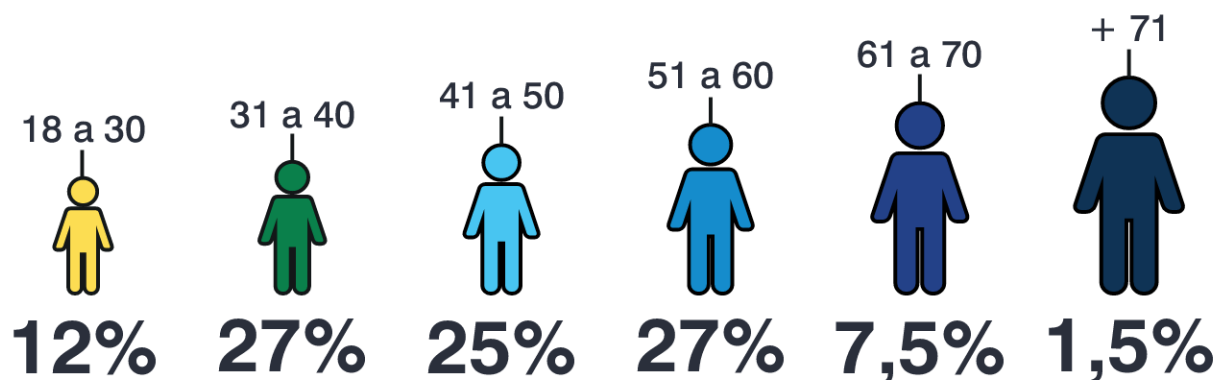
DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR FAIXA SALARIAL

Considerada a remuneração bruta atrelada a cada um dos cargos, efetivos ou em comissão. As informações remuneratórias dos servidores podem ser obtidas no site do Senado Federal, na aba de “*Transparência – Gestão de Pessoas – Outras Informações*”

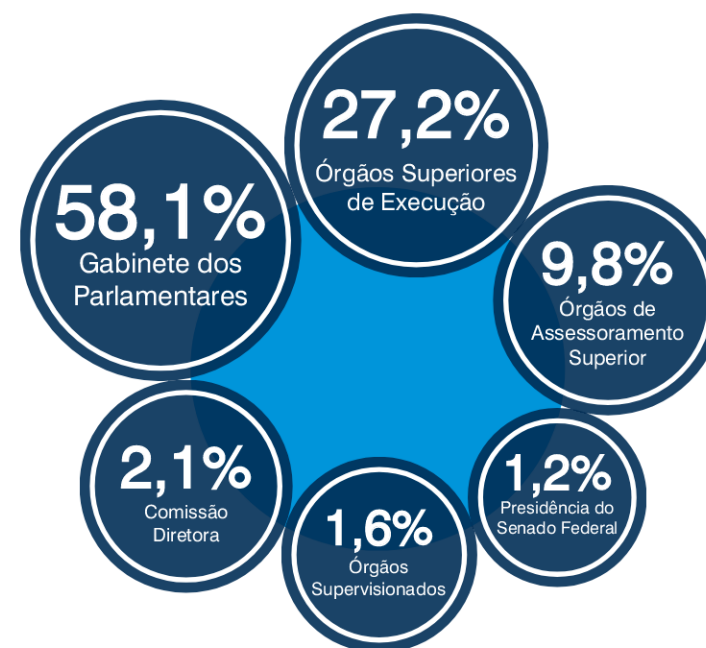


DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA

O Senado Federal possui atualmente um quadro de servidores com idade avançada, haja vista que mais da metade possui entre 41 e 60 anos. Somente 12% encontra-se na faixa até 30 anos, muitos provenientes do último concurso, realizado em 2012.



DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO



DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR CARREIRA

A Carreira dos Servidores do Senado Federal consiste na especialização em atividades legislativas para execução das funções de apoio técnico legislativo e administrativo, controle interno, consultoria jurídica, assessoramento legislativo, apoio técnico ao processo de indústria gráfica e em informática e processamento de dados. Na área de Especialização em Atividades Legislativas constam as categorias de:

Área	Categoria	Porcentagem
Área FIM	Técnico Legislativo	44%
	Analista Legislativo	42%
	Consultor Legislativo	11%
Área MEIO	Advogado	1%
	Auxiliar Legislativo	2%
	Total Área FIM	72,5%
Total Área MEIO	27,5%	

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

Além dos cargos efetivos com seleção por meio de concurso público, há ainda os cargos de provimento em comissão, que se destinam ao atendimento das atividades de assessoramento técnico, vinculadas aos gabinetes parlamentares e de outras necessidades específicas do Senado Federal e de seu Órgão Supervisionado.

SITUAÇÃO FUNCIONAL	Porcentagem
Efetivos	35%
Comissionados	62%
Cedidos pelo Senado	0,8%
Cedidos para o Senado	2,2%

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

O total gasto com pessoal em 2018 foi de aproximadamente 3,5 bilhões, sendo que as despesas com efetivos e aposentados correspondem a 89% desse total. As vantagens fixas (remunerações) representam 85% do custo direto com pessoal no Senado Federal.

Despesas com servidores ativos - inclui senadores

1,59 bilhões

Vantagens fixas	Patronal	Exercício anterior
77%	15,5%	0,5%
Vantagens variáveis	Gratificação Natalina	Pessoal requisitado
0,8%	6,2%	0,01%

Despesas com pensionistas

384 milhões

Vantagens fixas	Patronal	Exercício anterior
91,5%	0%	0,5%
Vantagens variáveis	Gratificação Natalina	Pessoal requisitado
0%	8%	0%

Despesas com aposentados

1,53 bilhões

Vantagens fixas	Gratificação Natalina
77%	6,2%
Vantagens variáveis	Exercício anterior
0,8%	0,5%

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL



DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR GÊNERO

O quadro de pessoal do Senado Federal encontra-se bastante equilibrado na distribuição por gênero quando se trata de servidores comissionados (homens 51% e mulheres 49%). Já no quadro dos efetivos existe uma diferença considerável (homem 72% e mulheres 28%) sem que haja influência na contratação, pois esta é realizada somente por meio de concurso público.



PROCESSO SELETIVO

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal e na Lei nº 8.112/90. Os últimos concursos ocorreram em 2008 e 2012. No último certame, foram nomeados 594 servidores, de acordo com a seguinte composição por cargo:



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Gratificação de desempenho

Lei nº 12.300/2010 – Resolução do Senado nº 69/2012

A gratificação de desempenho é formada pela soma da parcela fixa (60%) com a parcela avaliativa (40%), aplicada sobre o vencimento básico do servidor. A parte variável, que se encontra suspensa atualmente, é apurada no ciclo avaliativo a cada semestre e se aplica a todos os servidores ativos.

Progressão funcional

Ato da Comissão Diretora nº 35/1991

O desempenho funcional do servidor ocupante de cargo efetivo é avaliado a cada 12 meses. Durante o estágio probatório não há progressão. Findo o período de 36 meses e aprovado o servidor, a progressão será referente a 3 níveis, pois o período é reconhecido para fins de interstício, ainda que sem direito a efeitos financeiros retroativos.

Estágio probatório

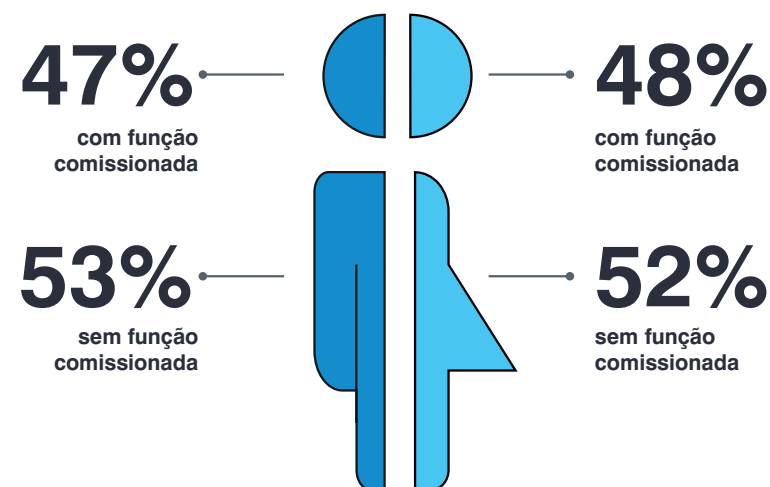
Atos do Presidente nº 252 e 354/1993

O desempenho do servidor no cargo é avaliado a cada três meses, durante doze trimestres consecutivos (três anos), a partir da entrada em exercício. A 11ª e a 12ª avaliações são feitas com base no cálculo da média dos pontos obtidos nos trimestres anteriores. São avaliados aspectos relativos à assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

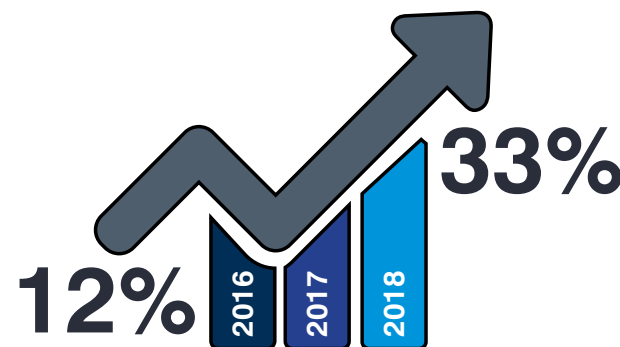
Compromisso com a igualdade

O Senado Federal tem se destacado por suas constantes ações de reforço e promoção da igualdade de gênero e raça, o que tem mudado a cultura organizacional, o perfil funcional desta Casa e tornado o Órgão um modelo para outras instituições públicas. Desde 2011 o Senado é participante do “Programa Pró-equidade de Gênero e Raça”, do Governo Federal, na busca de novas concepções na gestão de pessoas, além de possuir, desde 2015, Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

A distribuição atual de funções comissionadas por gênero é:



Entre 2016 e 2018, quase triplicou o número de cargos de direção ocupados por mulheres:



CAPACITAÇÃO EM NÚMEROS

A capacitação da força de trabalho ocorre mediante oferta externa e interna. Internamente, as ações são promovidas pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). O ILB é a escola de governo do Senado Federal e atua no desenvolvimento de competências e na melhoria da qualidade da atuação profissional de seus colaboradores.

Os produtos ofertados pela Escola englobam cursos de treinamento presenciais e a distância com ou sem tutoria, cursos de pós-graduação (especialização e extensão) e grupos de pesquisa. Além disso, o ILB gerencia o Programa Interlegis, o qual oferta uma série de produtos e serviços dirigidos às casas legislativas do país, dentre os quais destacam-se as oficinas técnicas e os sistemas e tecnologias de apoio à gestão e ao processo legislativo.

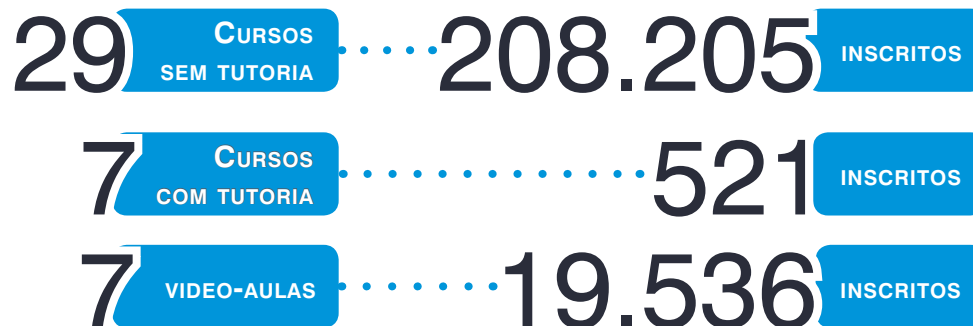
O Programa de Formação Gerencial do Senado Federal (PFG) desenvolveu-se em 2018 sob dois eixos: novas turmas para o Ciclo Básico e a introdução de turmas para o Ciclo Intermediário



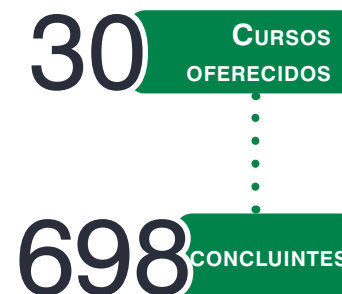
Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu



Serviço de Educação a Distância

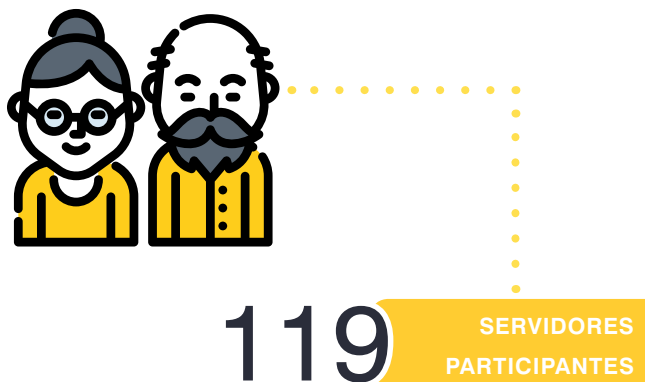


Cursos de Curta Duração



Programa de Reflexão para a Aposentadoria

Possibilitar ao servidor um espaço de reflexão e planejamento para desenhar esse momento antes do final da carreira, bem como repensar a imagem de aposentado como "inativo".



Projeto Crescer

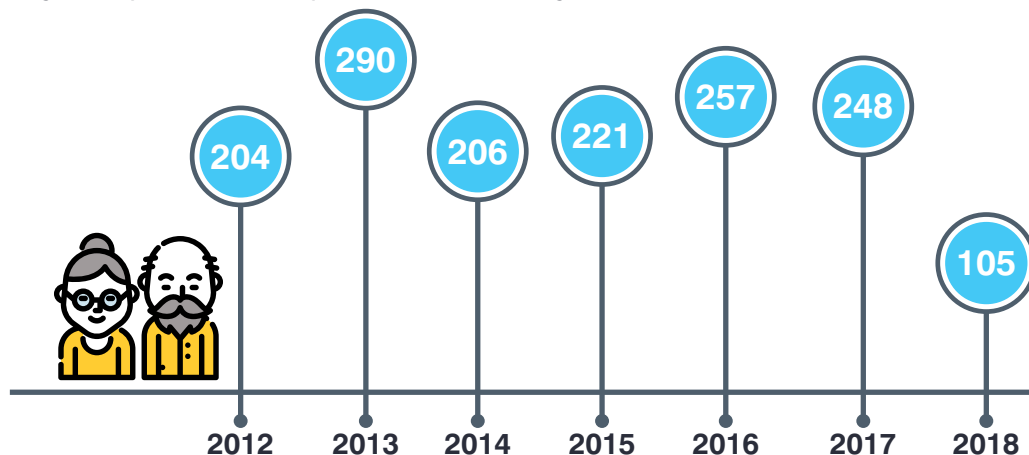
Proporcionar a continuidade do aprendizado de servidores terceirizados do Senado Federal e agregar novos saberes aos já existentes, com ênfase no primeiro segmento da EJA (Educação de Jovens e Adultos), contemplando os componentes curriculares de língua portuguesa, matemática, arte, história, ciência e geografia.



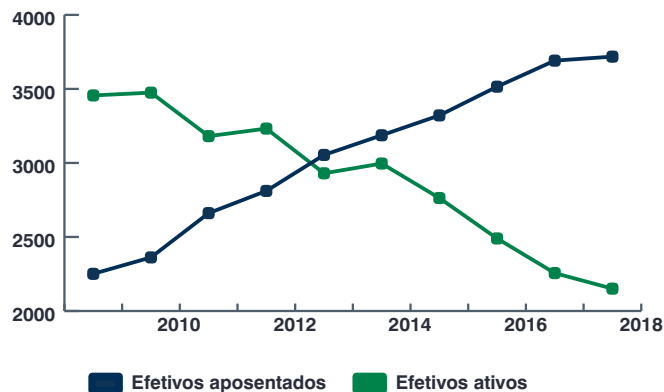
PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Recomposição da força de trabalho

O Senado Federal vem convivendo nos últimos anos com um significativo crescimento do volume de aposentadorias, tendência que resultou em redução expressiva do quantitativo da força de trabalho.



Estima-se que, até 31/12/2020, 512 servidores estejam em condições de aposentadoria por tempo de serviço ou pelo atingimento do limite de idade.



Nesse sentido, para minimizar o impacto dessa redução, está em andamento o projeto estratégico de “remodelagem e automação dos processos de recursos humanos”, com foco na melhoria e automação de processos de trabalho.

Ações Futuras: Comunidade Interpoderes

O Senado Federal assinou o Protocolo de Intenções para adesão à Comunidade de Gestão de Pessoas Interpoderes, que congrega o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Tribunal de Contas da União, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Câmara dos Deputados e o Conselho Nacional de Justiça. O grupo se destina a promover a cooperação técnica, científica e educacional da área, com foco no compartilhamento de boas práticas para adoção de soluções efetivas na gestão de pessoas.

AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Para promover a saúde e a qualidade de vida no trabalho, foram realizadas, em 2018, as seguintes ações:

Pesquisa de
Clima Organizacional

1.737
respondentes

Acompanhamento
psicossocial

412
atendimentos

Outubro
Rosa

160
mamografias

Preparação para
a aposentadoria

22
orientações

Avaliação de condições
ambientais do trabalho

5
análises

Análise de
acidentes de trabalho

8
análises

Exames em
saúde ocupacional

683
atendimentos

Ações Educativas:
violência no trabalho

31
palestras ou oficinas

Ginástica
laboral

2.281
dinâmicas

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL DA GESTÃO DE TI

A gestão de TI do Senado Federal é realizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), a qual compete prover, por meio de recursos próprios ou de terceiros, serviços, soluções, suporte e infraestrutura de tecnologia da informação, conforme as normas estabelecidas em seu regulamento interno e referenciadas pelo Governo Federal, além de padrões adotados internacionalmente no que tange à identidade visual, acessibilidade, transparência de dados, segurança da informação e governança digital. **(Decreto nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016)**

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O Senado Federal instituiu a sua Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI) por meio do **Ato da Comissão Diretora nº 09/2017 (16/06/2017)**, publicado em 13/06/2017. A próxima etapa será a criação do Núcleo de Segurança da Informação em Tecnologia da Informação – NSITI, que será parte integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Tecnologia da Informação – PRODASEN. Após a criação da estrutura, será formalizada a criação do Comitê de Segurança da Informação – CSI, que dará início à operação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação. O gerenciamento de Segurança da Informação é realizado de forma difusa pelas coordenações do PRODASEN, enquanto não é formalizado o NSITI. São exemplos: controle de acesso, política de senhas, gestão de ativos, gestão corporativa de identidades, classificação e tratamento da informação e gestão de mudanças.

GASTOS DE TI POR NATUREZA DE DESPESAS

Dados	5,16%
Suporte	4,44%
Software	41,51%
Serviços	24,32%
Manutenção	24,57%

Fonte: SAFIN/COPAC

RECURSOS APLICADOS EM TI

R\$ 22,2 milhões

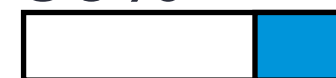
ANO	2017	2018
Investimento	10.752.455	18.033.878
Custeio	20.056.352	4.248.780
TOTAL	30.808.807	22.282.658

Esse decréscimo ocorreu devido à redução do custeio com a aquisição de equipamentos para processamento de dados, que caiu de R\$ 16.350.533, em 2017, para R\$ 22.750, em 2018.

70% ação estruturante



30% projeto de negócio



Fonte: Prodasen

SISTEMA DE GOVERNANÇA DE TI



O sistema de Governança de TI do Senado Federal foi implementado pelo **Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 8, 2016 (21/10/2016)**, que instituiu a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PGTI/SF).

A PGTI/SF tem por finalidade assegurar o alinhamento das práticas de Governança, de Gestão e de uso da TI com as estratégias de negócio do Senado Federal. O Sistema de Governança de TI tem como principal instância o Comitê de Governança de TI (CGTI), composto pelos principais representantes das áreas de negócio do Senado Federal e provedores de serviço de TI. O Comitê tem como objetivos: propor o Plano Estratégico de TI e o Plano de Diretor de TI; coordenar a formulação das propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de TI; coordenar a elaboração dos planos e a definição dos indicadores de desempenho de TI; realizar a gestão de portfólio dos projetos de TI; priorizar as ações e os investimentos de TI; e monitorar e controlar os projetos de TI, avaliando riscos, problemas e custos relacionados aos projetos. O CGTI é composto pelos seguintes membros: Diretor-Geral Adjunto de Gestão, Secretário-Geral da Mesa Adjunta, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação, Diretor Adjunto da Secretaria de Comunicação Social e Diretor Adjunto do Instituto Legislativo Brasileiro.

O CGTI elabora a cada biênio o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que serve como um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de tecnologia da informação e comunicação. No PDTI encontra-se um conjunto de projetos direcionados ao atendimento das áreas de negócio do Senado e ações estruturantes que dão suporte a estes projetos. Todos os projetos são orientados pela Gestão de Portfólio de Projetos de TI, possibilitando a alocação dos recursos de TI nos projetos que mais contribuem para a estratégica corporativa do Senado Federal e seu papel institucional.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM RECURSOS DE TI EM 2018

Contrato	Fornecedor	Objeto	Valor contratado em R\$ milhões
2014/0002	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S.A.	Fornecimento e instalação de servidores por um período de 60 (sessenta) meses consecutivos.	3,377
2014/0049	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.	Solução para armazenamento de dados durante o período de 60 (sessenta) meses consecutivos.	6,626
2015/0143	BENNER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE SAÚDE LTDA.	Fornecimento de solução para a Gestão Informatizada do Programa de Assistência à Saúde do Senado Federal durante o período de 48 (quarenta e oito) meses consecutivos.	2,546
2017/0007	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A.	Fornecimento de solução de impressão, cópia, digitalização com acesso via rede durante o período de 30 (trinta) meses consecutivos.	2,489
2017/0025	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Serviços de suporte a soluções de Tecnologia da Informação - Central de Atendimento a Usuários - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	6,143
2017/0029	NCT INFORMÁTICA LTDA	Fornecimento e instalação de Solução de Alta Disponibilidade de Next Generation Firewall e de Solução de Gerenciamento Centralizado e Integrado durante o período de 36 (trinta e seis) meses consecutivos.	3,200
2018/0036	CAPGEMINI BRASIL S.A.	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	1,514
2018/0037	ONE LÍNEA TELECOM LTDA	Fornecimento de equipamentos de rede de comunicação de dados durante o período de 48 (quarenta e oito) meses consecutivos.	1,871
2018/0118	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	Fornecimento de assinatura de aplicativos da suíte ADOBE no modelo ETLA durante 12 (doze) meses consecutivos.	1,596
2018/0125	BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	Licenças de uso de <i>software</i> Microsoft para equipamentos servidores e suas respectivas licenças de acesso de clientes.	1,744

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

Adequar a capacidade e agilidade de entrega de soluções de TI à demanda

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Contratação de Serviços de Desenvolvimento de Software - ampliação da capacidade de entrega	<p>Esse projeto consiste na contratação de serviços de desenvolvimento de software (“Fábrica de Software”), conforme as mais recentes experiências do TCU, Banco Central, STF e outros. O objetivo é aumentar a capacidade de entrega de sistemas desenvolvidos internamente no desenvolvimento de novos projetos, sistemas e módulos para incremento do valor agregado diante dos recursos financeiros despendidos. Com essa contratação, o SF poderá oferecer mais serviços digitais ao público interno e externo, desafogando as diversas áreas de alguns trabalhos manuais e/ou repetitivos.</p>

Ampliar a quantidade e a qualidade de informações legislativas, orçamentárias, administrativas à disposição da sociedade

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Painel da Elaboração do Orçamento	<p>Melhoria do processo da elaboração da LOA.</p>

Aperfeiçoar o Sistema de Acompanhamento das Consultorias (SAC)

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
LexEdit Web Requerimentos	<p>Esse projeto objetiva o desenvolvimento do Módulo de Requerimentos e Recursos Legislativos do LexEdit (Editor de Textos Legislativos) em plataforma Web e sua integração com o SAC (Sistema de Acompanhamento de Consultorias), com a Central Legislativa e Parlamentar e com o novo Repositório de Documentos. Trará benefícios ao cliente como: facilidade de instalação e manutenção devido à migração para plataforma web; maior facilidade na autoria de textos legislativos devido ao novo formato de documento extensível e adequado para uma maior gama de documentos legislativos; maior qualidade dos textos em termos de técnica legislativa formal e formatação, além da melhoria do processo legislativo como um todo devido ao formato estruturado dos documentos gerados desde sua primeira versão.</p>

Aprimorar processo de gestão de TI

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Capacitação de TI alinhadas ao PDTI	Implementar plano de capacitação alinhado com o PDTI (Plano Diretor) para período bianual. Justificativa: Potencializar os profissionais dos órgãos de TI no cumprimento dos projetos estabelecidos pelo PDTI.
Gestão de Demandas de TI	Implantação da Gestão de Demandas com objetivo de aprimorar o atendimento de demandas de TI em todas unidades do SF.
Migração para plataforma de <i>containers</i>	Definir a padronização da adoção de <i>containers</i> no ambiente de produção, estabelecendo propósito, tecnologias e critérios condicionantes. Tem como objetivo principal alavancar a capacidade de entrega de TI no nível de infraestrutura, trabalhando com soluções em arquitetura de <i>containers</i> de forma corporativa e institucionalizada em grande escala.
Plano de adoção gradual de serviços de computação em nuvem	Propor um caminho de adoção dos benefícios do modelo de TI em nuvem que possa ser executado de forma gradual, abrangendo todos os aspectos relacionados a disponibilidade, escalabilidade, automação da operação e otimização de custos e gerenciamento de serviços de infraestrutura.

Dispor de infraestrutura de TI adequada aos níveis de serviço estabelecidos

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Adoção de uma plataforma de desenvolvimento rápido de aplicações (RAD) - Modelo de Gestão para os Núcleos de TI	Implantação do Ambiente de Desenvolvimento APEX com definição e implantação de um modelo de gestão do uso da plataforma pelos Núcleos de TI, utilizando terceiros para alavancar o desenvolvimento de soluções departamentais.
Projeto de Aquisição de Solução para Auditoria e Proteção de Bancos de Dados	Consiste na aquisição e implantação de solução para auditoria e proteção de bancos de dados, com o benefício de aumentar a segurança dos dados do Senado Federal com maior poder pra detectar ataques virtuais específicos em bancos de dados.
Projeto de Gestão de Identidades	Implantação de solução para suporte a processos de Gestão Corporativa de Identidades. Os principais resultados são: diminuição do trabalho manual nas atividades de provisionamento de usuários; distribuição do trabalho com a utilização de fluxos de aprovação; diminuição da carga de trabalho da área de suporte/ <i>helpdesk</i> ; diminuição dos riscos de segurança e aumento da capacidade de auditoria nas funções.

Gerenciar riscos associados à TI

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Implantar metodologia e ferramenta de mascaramento de dados	Implantação de metodologia para descaracterização de bases de dados de homologação e desenvolvimento. Com a descaracterização, os dados de produção replicados perderão o sentido, mas permitirão os testes e o trabalho normal de homologação/desenvolvimento

Aprimorar processo de gestão de TI

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Dados de atuação parlamentar	Construção de sistema de visualização e geração de relatórios dos dados parlamentares após o término do mandato do Senador. Isso permitirá que os dados sejam entregues ao arquivo pessoal do Senador.
Diário Eletrônico	O projeto pertence ao Programa de Modernização dos Sistemas Legislativos e Parlamentares. Compreende a geração do Diário do Senado Federal a partir das informações e documentos cadastrados nos sistemas legislativos.
Legis 2016: Registro de Matérias Legislativas	Esse projeto introduz significantes melhorias à gestão interna do processo legislativo e o acompanhamento externo pelos cidadãos, especialmente: tratamento mais específico para que a oferta de informações legislativas seja feita de maneira adequada; incorporação de mecanismos automáticos de execução do processo legislativo, tornando o sistema menos cadastral e mais inteligente; melhoria na clareza e na transparência das informações disponíveis para exibição em Portais na Internet e melhoria nos Dados Abertos.
Modernizar o sistema de elaboração orçamentária (LexOr)	Processo orçamentário suportado por nova ferramenta mais moderna com capacidade de evolução e melhor manutenibilidade. Permitirá a mitigação de risco em relação a quantidade de pessoal disponível para suporte à ferramenta.
Portal do Congresso Nacional	Projeto de reconstrução do portal do Congresso Nacional. Tem como objetivo facilitar ao cidadão o acesso às informações sobre agenda e sobre a tramitação de projetos no Congresso Nacional, por meio do agrupamento de informações das duas Casas Legislativas.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

O Senado Federal instituiu Grupo de Trabalho, com representação de diversos setores, para criar sistemática de padronização dos bens e serviços nos processos internos de contratação, com vistas a inserir critérios de sustentabilidade, onde couber, nos termos do art. 3º da Lei 8.666, de 1993. Compete à Diretoria-Geral avaliar as propostas de padronização consolidadas pelo Grupo de Trabalho e determinar, se conveniente e oportuno, sua adoção nos processos de aquisição do Senado Federal. Os itens aprovados por meio do Ato da Diretoria-Geral nº 11, de 2018, são: equipamentos de TI, chapas gráficas digitais térmicas, tintas gráficas, mobiliário funcional, equipamentos *split*, lâmpadas fluorescentes e eletrodomésticos.

NÚMEROS



PAPEL (Kg)*

2018: **1.344** 2017: **1.597**



ENERGIA ELÉTRICA (kWh)*

2018: **1.621.293** 2017: **1.799.913**



ÁGUA E ESGOTO (m³)*

2018: **9.609,17** 2017: **9.439,83**



COPOS DESCARTÁVEIS*

2018: **32,4** 2017: **314,8**
Valores referentes a pacotes com 100 unidades

COPOS BIODEGRADÁVEIS*

2018: **197,6**

Valores referentes a pacotes com 100 unidades
A distribuição de copos biodegradáveis teve início em fevereiro de 2018

*Valores referentes à média anual



Entre as parcerias firmadas em 2018, se destaca o Acordo nº 14/2018 entre o Senado Federal, o Tribunal de Contas da União e a Câmara dos Deputados. Esse visa a cooperação técnica inerente à sustentabilidade e à logística sustentável, almejando o alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU).



O **Plano de Gestão de Logística Sustentável** é uma ferramenta de gestão que visa ao monitoramento das ações de sustentabilidade no âmbito do Senado Federal. É um documento que prevê a determinação de metas, indicadores, unidades responsáveis e definição de prazos para o cumprimento dos objetivos previstos.



O **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos** veio para cumprir obrigação legal, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos não inertes e não perigosos.

AÇÕES PROMOVIDAS

Padronização de impressões frente e verso e monitoramento das impressões realizadas com o estabelecimento do impressômetro.



A redução de consumo se deve, entre outras ações, à definição de horários para o funcionamento do ar condicionado central e a exigência de etiqueta de eficiência energética nos equipamentos adquiridos ou disponibilizados por terceirização.



Houve uma redução de 23,7% do consumo de água entre os anos de 2016 e 2017. O acréscimo de 1,8% de consumo de 2017 a 2018 ainda encontra-se dentro de uma média de redução próxima a 20%. A redução se deve a ações como: instalação de redutores de pressão nas torneiras e manutenção preventiva.



O Senado Federal não adquire mais copos plásticos descartáveis e, em substituição, passou a adquirir copos biodegradáveis descartáveis com definição de cotas de consumo para áreas de visitação e atendimento ao público externo.



RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE



128 mil

novos seguidores em 2018

3,2 milhões

curtidas na página

345 milhões

alcance acumulado no ano

Foram publicados 1.284 *posts* entre janeiro e dezembro, sendo que, em média, cada um deles alcançou mais de 330 mil pessoas.

3^a

no Brasil entre
páginas governamentais

23^a

no mundo entre
páginas governamentais

945 mil

média de pessoas
alcançadas por dia



136

stories publicados

1.032

posts publicados

738 mil

vezes que os *posts* foram salvos

223 mil

comentários

2^o

maior perfil governamental

642 mil

seguidores

417 mil

novos seguidores em 2018

5,4 milhões

curtidas nos *posts*



680 mil

seguidores

82 mil

novos seguidores em 2018

76,8 milhões

impressões no ano

12 mil

pessoas alcançadas em média

232 mil

menções diretas do perfil

6.507

tweets publicados

Programa Visite o Congresso

O Programa Visite o Congresso oferece aos cidadãos a oportunidade de conhecerem os principais espaços do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Desde o ano 2015, o Programa Visite o Congresso recebe anualmente o Prêmio "Certificação de Excelência" concedido pelo site TripAdvisor, referência em turismo para viajantes do mundo todo.

139 mil
visitantes

134 mil
brasileiros

4.581
estrangeiros

1.675
avaliações

45% elogios

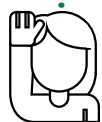
29% sugestões

16% críticas

9% reclamações

1% outros

Canais de Acesso ao Cidadão



presencialmente



Senado Federal, via N2,
CEP:70165-900, Brasília, DF



0800 612211



Ouvidoria

Fale com o Senado

Principais assuntos das manifestações registradas:

6.227 atuação parlamentar

2.160 gestão administrativa

1.602 fora da competência

2.519 outros

Ligações recebidas pelo 0800 com atendimento em primeiro nível:

72 mil
total

6 mil
média mensal

*pedidos de informação respondidos no ato da ligação telefônica e atendimentos concluídos

Ligações recebidas pelo 0800 com atendimento em segundo nível:

23 mil
total

1.919
média mensal

*respondidas pelo pós-atendimento do Alô Senado ou encaminhadas aos Órgãos do Senado solucionadores de demandas

Serviço de Informação ao Cidadão

.....**2.010**.....**167,5**.....**1,4%**.....
pedidos de informação baseadas na média mensal negativas de acesso
Lei de Acesso à Informação (LAI)

Prazo de resposta:

.....**40%**.....**31%**.....**19%**.....**10%**.....
até 1 dia de 6 a 20 dias de 2 a 5 dias mais de 20 dias

Grau de satisfação dos cidadãos - usuários

Os índices de satisfação dos cidadãos atingem média de 98% – ou seja, dentre os cidadãos que concordam em participar da pesquisa, 98% avaliam com notas 4 e 5 o atendimento recebido.

O cidadão-usuário que concorda em participar da pesquisa pontua o atendimento entre 0 (péssimo) e 5 (excelente).

.....**24.598**.....**2.050**.....
pesquisas realizadas média mensal

Carta de Serviços ao Cidadão

Carta que apresenta as principais ferramentas colocadas à disposição dos cidadãos pelas diversas unidades que compõem a instituição.

ecidadania

678 comentários
.....**173** sugestões legislativas

Pesquisa de Opinião

.....**877**

Participantes da pesquisa sobre a Avaliação dos Atendimentos das Santas Casas no âmbito do SUS

Conecte

Desenvolvido em 2018, é um sistema integrado de gerenciamento de informações, implantado em 16 de agosto, disponibilizado em plataforma web e com recursos que tornaram mais eficiente o tratamento das manifestações dos cidadãos.



rádiosenado

.....**250**.....

edições da Voz do Brasil

.....**6**.....

premiações nacionais

.....**504**.....

entrevistas



radioagênciasenado

mais de

.....**2.000**.....

rádios conveniadas

mais de

.....**18.600**.....

downloads



tvSenado

Plenário e Comissões

.....**914**.....

transmissões ao vivo

Programas de TV

.....**900**.....

veiculações de programas produzidos na TV Senado



agênciasenado

.....**9.947**.....

publicações

mais de

.....**20 milhões**.....

acessos ao Portal de Notícias



Jornal do Senado

.....**203**.....

edições do Jornal Senado

.....**84.200**.....

fotografias das atividades legislativas e institucionais do Senado

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

DESAZIMENTO DE ATIVOS

Em setembro de 2018 o Senado Federal instruiu apenas um processo de desfazimento de bens na modalidade leilão, onde se constatou a arrecadação líquida de R\$ 428.050, sendo R\$ 393.550 relativos a bens móveis e R\$ 34.500 referente a um automóvel remanescente da frota do Senado.

Quanto aos itens doados, o Senado cedeu 102 cadeiras para Secretaria de Educação e 100 computadores para Secretaria de Saúde do GDF, além de 100 computadores e 20 mesas para NOVACAP.

LOCAÇÕES DE VEÍCULOS

O Senado possui contrato anual no valor de R\$ 3.472.080 para a prestação de serviços de locação de veículos automotores, sem motorista, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos veículos, fornecimento de combustível, lavagem automotiva, seguros, impostos e taxas, visando o atendimento ao Presidente da Casa e sua segurança pessoal, Senadores, Diretoria Geral e Secretaria Geral da Mesa, em deslocamentos no Distrito Federal, durante o período de 30 (trinta) meses consecutivos.

LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS

O Senado possui empilhadeiras locadas para suporte operacional às atividades da gráfica com custo anual de R\$ 107.880.

RECEITA ADQUIRIDA PELA CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS

Em 2018 o Senado Federal contava com 26 utentes (usuários) compreendendo bancos, empresas de telefonia, correios, assessorias parlamentares e partidos políticos. Esses ocupantes de áreas públicas ressarcem o Senado Federal mensalmente o valor de R\$ 2.027.912,60 pelos gastos realizados em limpeza e conservação, telefonia, água e energia elétrica em um sistema baseado na metragem ocupada. Os valores recebidos são depositados em um fundo especial do Senado Federal no Tesouro Nacional e são usados para gastos gerais da Casa.

Tipo	Bancos	Telefonia	Partidos Políticos	Órgãos Públicos	Prestadores de Serviços	Total
Valor (R\$)	517.125	738.921	385.137	369.896	16.826	2.027.912,60
Valor (%)	26%	36%	19%	18%	1%	100%

CONFORMIDADE LEGAL

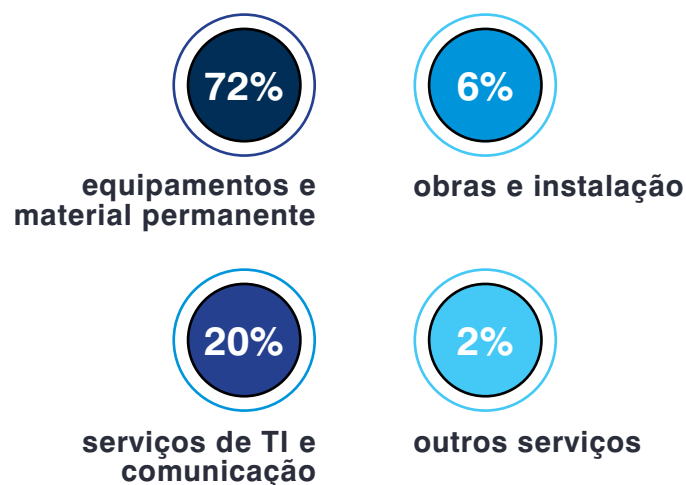
A gestão patrimonial, inclusive a administração dos imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade do Senado Federal, encontra-se disciplinada por meio das seguintes normas e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

- **Constituição Federal de 1988, artigo 70**
- **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
- **Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018**
- **Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2015 (09/07/2015)**
- **Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2014 (29/12/2014)**

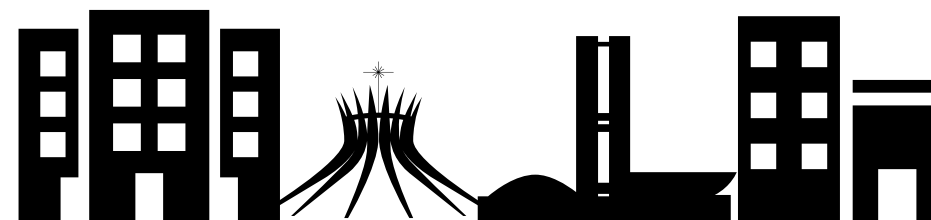


Em 2018, o Senado Federal investiu R\$ 16,9 milhões em equipamentos, material permanente, serviços de tecnologia da informação e comunicação, obras e instalações e outros serviços terceirizados, sendo que R\$ 7,6 milhões desse total foram desembolsados como restos a pagar de anos anteriores. A maior parte dos investimentos concentrou-se na aquisição de novos equipamentos de informática, como microcomputadores e impressoras, devido à automação de vários processos de trabalho, atendendo a um dos objetivos estratégicos traçados pela alta administração: “melhorar de maneira contínua os processos de trabalho”. Outro grande investimento foi feito em materiais permanentes como a aquisição de mesas e estações de trabalho para várias unidades do Senado, atendendo assim a outro objetivo estratégico: “valorizar as pessoas”, que teve como foco a melhoria do ambiente de trabalho e a atenção ao bem-estar humano.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR NATUREZA DE DESPESAS



Fonte: SIAFI



GUARDA E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS

O Senado Federal administra 102 imóveis da União num total de R\$ 462 milhões, compreendendo terrenos, salas, apartamentos funcionais, residências oficiais e edifícios que compõe o complexo arquitetônico do Senado Federal. Esses imóveis têm seu valor reavaliado a cada dois anos de acordo com normas da SPU e servem ao Senado principalmente no atendimento a parlamentares e às demandas internas de funcionamento da Casa.

Tipo	Quantidade	Valor (R\$)	Percentual sobre a quantidade
Apartamento	74	72.061.618,00	73%
Casa	1	3.640.650,00	1%
Edificação	14	333.922.125,00	13%
Prédio	1	44.841.860,00	1%
Sala	4	466.489,00	4%
Terreno	8	7.072.221,00	8%
TOTAL	102	462.004.963,00	100%

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

A Gestão patrimonial do Senado é realizada pela Secretaria de Patrimônio, que desenvolve suas atividades finalísticas prestando suporte às demais secretarias no desempenho de suas atividades. Dessa forma, devido às dimensões e particularidades do Senado, a realização dessas ações e os meios para realizá-las, constituem por si só, consideráveis desafios de gestão. Como ações futuras, a Secretaria de Patrimônio tem sempre em vista aplicar o princípio da eficiência concomitante com o princípio da economicidade.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

30
parcerias
administrativas

132
pregões
eletrônicos

117
pregões
homologados

16
acordos de
cooperação

14
protocolos de
intenções

117 adjudicados

5 fracassados

2 remunerados

1 em andamento

3 anulados

2 revogados

1 suspenso

1 deserto

R\$ 116,79
milhões

contratações
licitadas

64
aquisições

44
serviços continuados

9
mão de obra

131
contratações
diretas

R\$ 5,1
milhões

Total	Tipo / Artigo/ Inciso Lei n.º 8.666/93	Valor (R\$)	Valor (%)
71	Serviço técnico profissional especializado (25, II)	957.679,89	18,52%
24	Fornecedor exclusivo (25, I)	1.430.606,85	27,66%
19	Dispensa de baixo valor (24, II)	85.187,32	1,65%
12	Inviabilidade de competição (25, Caput)	347.676,04	6,72%
2	Remanescente de obra, serviço ou fornecimento (24, XI)	2.154.840,81	41,67%
2	Profissional do setor artístico (25, III)	178.228,50	3,45%
1	Contratação emergencial (24, IV)	17.599,92	0,34%

*Alguns valores contratados só serão totalmente executados nos próximos exercícios financeiros

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O crédito orçamentário do Senado Federal, consignado na Lei Orçamentária Anual – LOA/2018 (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), foi distribuído nos seguintes Programas:

Programas	Dotação final (R\$)	% em relação ao total
Atuação Legislativa do Senado Federal	2.367.042.948,00	54,15%
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	1.988.764.255,00	45,50%
Reserva de Contingência*	14.246.733,00	0,33%
Operações especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	1.321.736,00	0,03%
Total	4.371.375.672,00	100%

* Abarcou as programações orçamentárias destinadas ao atendimento das despesas primárias e financeiras que decorreriam de provimentos de cargos efetivos (o que não ocorreu no exercício de 2018).

Destaca-se que, para fins de adequação da execução ao longo do exercício, foram realizadas alterações orçamentárias sem que houvesse ampliação do montante total autorizado para despesas primárias do Órgão, em respeito ao disposto no § 5º do artigo 107 da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Em resumo, o Senado Federal recebeu em 2018 um montante de R\$ 4.371.375.672,00 de créditos orçamentários, dos quais R\$ 4.148.752.402,67 foram empenhados, R\$ 4.112.979.245,02 foram liquidados e R\$ 4.109.235.789,31 foram pagos naquele exercício, sendo que o último valor equivale a 94% da dotação autorizada.

GND	Valor autorizado (R\$)	Valor pago (R\$)	Valor pago/ valor autorizado	Valor RP pago (R\$)*
Pessoal e encargos sociais	3.672.270.109	3.512.417.118	96%	2.316.518
Outras despesas correntes	657.691.727	587.543.955	89%	35.532.256
Investimentos	41.413.836	9.274.717	22%	7.655.272
Total	4.371.375.672	4.109.235.789	94%	45.504.046

* A coluna “Valor RP pago” indica os valores de restos a pagar processados e não processados pagos em 2018 relativos a notas de empenho emitidas em anos anteriores.

No que tange à limitação de empenho e movimentação financeira, pode-se afirmar que não houve prejuízos à execução das ações inicialmente planejadas, pois o valor do contingenciamento imposto à Casa (R\$ 21.696,00) foi pouco representativo em relação ao total autorizado, **conforme demonstrativo disponível no site do Senado.**

Em relação à análise dos dados orçamentários, excluiu-se os valores referentes à Reserva de Contingência e aos destaques recebidos de outros órgãos da Administração Pública Federal – os quais decorreram de ressarcimentos pela ocupação de imóveis funcionais, pagamentos de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso (GECC) a servidores desta Casa Legislativa e participação de outros Órgãos no rateio dos custos da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), os quais totalizaram R\$ 902.374,10.

FINALIDADE DOS RECURSOS

Tendo em vista o que dispõe o Manual Técnico de Orçamento – MTO 2019, as despesas do Senado Federal ao longo do exercício de 2018 subdividem-se nos seguintes grupos:

- **Pessoal e encargos sociais (Grupo de Natureza de Despesa - GND 1):** despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- **Outras despesas correntes (GND 3):** despesas necessárias à manutenção e ao funcionamento da Casa, dentro das quais incluem-se os auxílios pagos aos servidores (auxílio alimentação, pré-escolar, transporte, funeral, natalidade e para atendimento de despesas médico-hospitalares). Nesse último caso, os gastos são considerados obrigatórios, enquanto os demais são classificados como discricionários;
- **Investimentos (GND 4):** despesas com aquisição e desenvolvimento de *softwares*, planejamento e execução de obras, e aquisição de equipamentos e material permanente.

Análise da execução orçamentária em 2017 e 2018 por GND

GND	Ano	Valor autorizado (R\$)	Valor empenhado (R\$)	Valor liquidado (R\$)	Valor pago (R\$)	Valor RP pago (R\$)	Variações	
							Pago 2018 - Pago 2017 (R\$)	Pago 2018/ Pago 2017
Pessoal e encargos sociais	2017	3.598.787.498	3.523.653.040	3.520.543.973	3.519.311.422	197.063	(6.894.304)	-0,20%
	2018	3.672.270.109	3.512.417.118	3.512.417.118	3.512.417.118	2.316.518		
Outras despesas correntes	2017	605.388.355	558.711.615	508.522.177	507.525.279	20.660.426	80.018.675	15,77%
	2018	657.691.727	619.925.364	590.983.432	587.543.955	35.532.256		
Investimentos	2017	43.750.204	38.506.035	30.510.678	30.497.187	8.969.759	(21.222.470)	-69,59%
	2018	41.413.836	16.409.921	9.578.696	9.274.717	7.655.272		
Total	2017	4.247.926.057	4.120.870.690	4.059.576.829	4.057.333.888	29.827.248	51.901.902	1,28%
	2018	4.371.375.672	4.148.752.403	4.112.979.245	4.109.235.789	45.504.046		

A coluna "Valor RP pago" indica os valores de restos a pagar processados e não processados pagos em 2018 relativos a notas de empenho emitidas em anos anteriores

Fonte: SIGA Brasil

GND 1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Em 2018, houve elevação das despesas com remunerações, proventos e pensões, em virtude, sobretudo, do impacto do reajuste remuneratório concedido pela Lei nº 13.302/2016.

Apesar disso, a despesa com pessoal e encargos sociais em 2018 foi inferior à do ano anterior, variação que pode ser explicada tanto pelo número de servidores que se aposentaram em 2017 (o que resultou em grande volume de pagamentos de férias indenizadas e de conversão de licença prêmio em pecúnia, ao mesmo tempo que reduziu o montante destinado à contribuição patronal previdenciária ao RPPS em 2018), como pelo pagamento de passivos trabalhistas nesse mesmo ano.

Código	Elemento de despesa	Valor pago em 2018 (R\$)	Valor pago em 2017 (R\$)	Diferença (R\$)
1	Aposentadorias RPPS, reserva remunerada e reformas	1.512.236.831	1.498.056.971	14.179.861
11	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.321.811.024	1.310.013.269	11.797.755
3	Pensões do RPPS e do militar	391.212.093	373.355.984	17.856.109
13	Obrigações patronais	243.835.907	255.452.656	(11.616.748)
-	Demais elementos	43.321.262	82.432.542	(39.111.280)
Total		3.512.417.118	3.519.311.422	(6.894.304)

Fonte: SIGA Brasil

GND 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

A elevação da despesa verificada no exercício de 2018 deve-se aos seguintes fatores:

- Reajustes e repactuações contratuais, lastreados em índices de inflação (geralmente, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC) ou em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, nos casos de contratos de mão-de-obra;
- Despesas de custeio decorrentes de investimentos, como suporte técnico e manutenção de equipamentos e *softwares*, por exemplo;
- Maior volume de recursos orçamentários destinados ao custeio de despesas médico-hospitalares, destacando-se aquelas relacionadas ao convênio celebrado com a Caixa Econômica Federal para execução e aprimoramento do plano de saúde oferecido aos servidores, parlamentares e ex-parlamentares.

Código	Elemento da despesa	Valor pago em 2018 (R\$)	Valor pago em 2017 (R\$)	Diferença (R\$)
46, 8, 49	Benefícios aos servidores (auxílios alimentação, pré-escolar, funeral, natalidade, transporte)	84.544.756	82.626.537	1.918.219
39	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	214.160.858	171.667.436	42.493.422
37	Locação de mão-de-obra	139.406.771	124.740.644	14.666.127
34	Outras despesas de pessoal - terceirização	58.166.563	55.764.721	2.401.842
40	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ*	17.459.952	-	17.459.952
-	Demais elementos	73.805.054	72.725.941	1.079.113
Total		587.543.955	507.525.279	80.018.675

*Para aprimorar o controle orçamentário, foi criado em 2018 o elemento de despesa para acompanhamento das despesas de TIC, as quais eram enquadradas anteriormente em outras classificações.

GND 4 – INVESTIMENTOS

Em 2018, foram pagas despesas de investimento resultantes da aquisição de equipamentos de rede de comunicação de dados, de *appliance* de *backup*, de solução de mascaramento de dados, de licenças de *softwares* diversos, além da instalação de novo sistema de áudio no principal Plenário da Casa e da compra de mobiliários funcionais e para as residências oficiais dos Senadores.

Cumprir registrar que a diferença do valor pago em relação à dotação autorizada ocorreu, principalmente, por não terem sido concluídos até o final do exercício processos de contratação de investimentos.

Código	Elemento de despesa	Valor pago em 2018 (R\$)	Valor pago em 2017 (R\$)	Diferença (R\$)
52	Equipamentos e material permanente	6.710.753	26.382.757	(19.672.004)
40	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ*	1.822.078	-	1.822.078
51	Obras e instalações	599.638	176.373	423.265
39	Outros serviços de terceiros - PJ	142.248	3.867.118	(3.724.870)
92	Despesas de exercícios anteriores	-	70.939	(70.939)
Total		9.274.717	30.497.187	(21.222.470)

*Para aprimorar o controle orçamentário, foi criado em 2018 o elemento de despesa para acompanhamento das despesas de TIC, as quais eram enquadradas anteriormente em outras classificações.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR, LUIZ HENRIQUE DE PAIVA MARQUES



A Coordenação de Contabilidade – CONTAB, de acordo com o art. 218, §2º, inciso V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, integra a estrutura da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade – SAFIN e exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do Senado Federal. O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas desta Casa do Poder Legislativo.

O registro da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial é efetuado mensalmente pela Coordenação de Contabilidade – CONTAB, após a verificação dos demonstrativos contábeis e balancetes, com fundamento nos Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, bem como na Conformidade dos Registros de Gestão, no Plano de Contas da União, no Manual SIAFI e em outros instrumentos que subsidiam o processo de análise. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O contador responsável não exerce quaisquer funções conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, como por exemplo: autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou ainda efetuar a conformidade de registro de gestão, obedecendo assim ao princípio de segregação de função.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SENADO FEDERAL

- **Balanço Patrimonial** – evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, ou seja, o Ativo (bens e direitos) em confronto com o Passivo (Obrigações) e o Patrimônio Líquido (Ativo versus Passivo).
- **Balanço Orçamentário** – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- **Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa** – visam demonstrar o fluxo financeiro do órgão no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – nesse demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas). O valor apurado, superávit ou déficit, passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

AVANÇOS

- Implantação da nova versão do Sistema SUPRI, que faz o gerenciamento das solicitações de Suprimento de Fundos, bem como o registro das despesas até a prestação de contas. A nova plataforma, desenvolvida integralmente pela equipe do Prodasen, trouxe mais segurança ao Sistema, interface mais amigável, integração com outros sistemas e maior possibilidade de evoluções.
- Reavaliação dos imóveis que compõe o patrimônio do Senado Federal, utilizando-se como base o Custo Unitário Básico de Construção (CUB/m²) divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF).
- Em conformidade com a Macrofunção 020342 – AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS, foi ajustada a mensuração do valor recuperável dos créditos a receber baseada no histórico de recebimentos passados. Assim, a perda estimada foi calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se esse resultado do saldo atualizado da conta valores a receber.
- Ajuste no registro da Provisão de Décimo Terceiro Salário a Pagar e Provisão de Férias do período efetuados ao longo do exercício de 2018 em atendimento à legislação em vigor, especialmente à Macrofunção 021142 - FOLHA DE PAGAMENTO. O Senado Federal providenciou os ajustes necessários junto ao sistema de Recursos Humanos para atender às demandas da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas da União.

DECLARAÇÃO

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Senado Federal.

Brasília-DF, 29 de janeiro de 2019

Luiz Henrique de Paiva Marques

CRC nº SP222053/0-O T-DF

Contador Responsável

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

INFORMAÇÕES GERAIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) estão disciplinadas na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõe as Demonstrações, permitindo a evidenciação, análise e consolidação das contas públicas em âmbito nacional, além de permitir a comparabilidade tanto com as demonstrações de períodos anteriores quanto com as de outras entidades.

O assunto também é normatizado pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, e especialmente pela Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

As demonstrações contábeis no setor público são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. Devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (accountability) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados. Podem também ter a função preditiva ou prospectiva, proporcionando informações úteis para prever o nível de recursos necessários para a continuidade de suas operações, os recursos que podem ser gerados pela continuidade dessas operações e os riscos e as incertezas associadas.

Embora a informação contida nas demonstrações contábeis seja relevante, é improvável que ela satisfaça a todos os objetivos descritos, especificamente, no que diz respeito a entidades cujo objetivo principal não seja gerar lucro. Assim, informação suplementar, incluindo demonstrativos não financeiros, pode ser apresentada junto com as demonstrações contábeis no intuito de proporcionar uma visão mais abrangente das atividades da entidade durante o período.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
ATIVO CIRCULANTE		419.463.255,54	346.266.695,33	21,14%	40,45%
Caixa e equivalentes de caixa	1	398.470.640,57	317.885.402,50	25,35%	38,42%
Créditos a curto prazo		17.006,63	9.270,90	83,44%	0,00%
Demais créditos de valores a curto prazo	2	3.746.929,26	14.092.732,79	-73,41%	0,36%
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo		-	-		0,00%
Estoques		14.696.961,31	12.913.852,29	13,81%	1,42%
VPDs pagas antecipadamente	3	2.531.717,77	1.365.436,85	85,41%	0,24%
ATIVO NÃO CIRCULANTE		617.650.972,98	593.386.634,44	4,09%	59,55%
Ativo realizável a longo prazo		-	-	-	-
Créditos a curto prazo		-	-	-	-
Estoques		-	-	-	-
VPDs pagas antecipadamente		-	-	-	-
Investimentos		-	-	-	-
Imobilizado	4	585.867.538,59	564.882.811,09	3,71%	56,49%
Bens móveis		123.133.067,82	243.434.474,15	-49,42%	11,87%
Bens imóveis		462.734.470,77	321.448.336,94	43,95%	44,62%
Intangível		31.783.434,39	28.503.823,35	11,51%	3,06%
Diferido		-	-	-	0,00%
Total do ativo		1.037.114.228,52	939.653.329,77	40,13%	100,00%

Fonte: SIAFI

Passivo	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE		117.126.961,06	21.415.690,02	446,92%	11,29%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	5	92.900.697,34	3.031,85	3064058,76%-	8,96%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-	-	0,00%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6	917.313,65	1.419.266,32	-35,37%	0,09%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-	-	0,00%
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-	-	0,00%
Provisões de Curto Prazo		-	-	-	0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo		23.308.950,07	19.993.391,85	16,58%	2,25%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	-	0,00%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo		-	-	-	0,00%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-	-	0,00%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-	-	0,00%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-	-	0,00%
Provisões de Longo Prazo		-	-	-	0,00%
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-	-	0,00%
Resultado Diferido		-	-	-	0,00%
Total do passível exigível		117.126.961,06	21.415.690,02	446,92%	11,29%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-	-	-	0,00%
Patrimônio Social e Capital Social		-	-	-	0,00%
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-	-	0,00%
Reservas de Capital		-	-	-	0,00%
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	0,00%
Reservas de Lucros		-	-	-	0,00%
Demais Reservas		-	-	-	0,00%
Resultados Acumulados		919.987.267,46	918.237.639,75	0,19%	88,71%
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-	-	0,00%
Total do patrimônio líquido		919.987.267,46	918.237.639,75	0,19%	88,71%
Total do passivo e patrimônio líquido		1.037.114.228,52	939.653.329,77	10,37%	100,00%

Fonte: SIAFI

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (LEI Nº 4.320, DE 1964)

R\$ 1.00

Ativo			Passivo		
Especificação	31/12/2018	31/12/2017	Especificação	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Financeiro	398.478.031,56	317.888.482,08	Passivo Financeiro	92.472.910,06	109.175.065,03
Ativo Permanente	638.636.196,96	621.764.847,69	Passivo Permanente	92.971.386,42	8.215,86
			Saldo Patrimonial	851.669.932,04	830.470.048,88

Fonte: SIAFI

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (LEI Nº 4.320, DE 1964)

Destinação de recursos	Nota explicativa	Superávit/Déficit financeiro
Recursos Ordinários		144.877.732,45
Recursos Vinculados		161.127.389,05
Seguridade Social (Exceto RGPS)		31.089.963,32
Alienação de Bens e Direitos		919.350,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		129.118.075,73
Total		306.005.121,50

Fonte: SIAFI

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (LEI Nº 4.320, DE 1964)

R\$ 1,00

Especificação	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		19.367.352,45	19.990.561,24
Execução dos Atos Potenciais Ativos		19.367.352,45	19.990.561,24
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		8.506.043,75	8.645.160,35
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		499.351,84	444.966,80
Direitos Contratuais a Executar		10.361.956,86	10.900.434,09
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		151.323.503,42	147.288.939,12
Execução dos Atos Potenciais Passivos		151.323.503,42	147.288.939,12
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar		3.161.502,64	261.543,12
Obrigações Contratuais a Executar		148.162.000,78	147.027.396,00
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-

Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		4.414.710.784,59	3.960.938.681,94	11,46%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-		0,00%
Contribuições		-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		5.127.229,57	4.448.439,85	15,26%	0,12%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		8,93	-		0,00%
Transferências e Delegações Recebidas		4.263.861.374,60	3.898.260.638,81	9,38%	96,58%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	7	139.141.267,59	38.379.728,21	262,54%	3,15%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		6.580.903,90	19.849.875,07	-66,85%	0,15%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8	4.300.526.194,22	4.130.446.444,83	4,12%	100,00%
Pessoal e Encargos		1.782.068.601,46	1.717.117.388,78	3,78%	41,44%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.916.662.541,17	1.901.520.883,08	0,80%	44,57%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		519.973.265,60	424.789.357,63	22,41%	12,09%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	9	440.463,77	56.991,31	672,86%	0,01%
Transferências e Delegações Concedidas		26.266.010,95	22.638.804,75	16,02%	0,61%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		26.584.253,17	34.178.851,76	-22,22%	0,62%
Tributárias		216.118,95	223.326,12	-3,23%	0,01%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		2.158.051,01	2.792.493,78	-22,72%	0,05%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		26.156.888,14	27.128.347,62	-3,58%	0,61%
Resultado patrimonial do período		114.184.590,37	-169.507.762,89	167,36%	100,00%

Fonte: SIAFI

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Receitas orçamentárias	Nota Explicativa	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização	AV
RECEITAS CORRENTES		7.531.709,00	7.531.709,00	8.199.523,57	667.814,57	108,87%	95,04%
Receitas Tributárias		-	-	-	-	-	0,00%
Receitas de Contribuições		-	-	-	-	-	0,00%
Receita Patrimonial		2.162.956,00	2.162.956,00	2.168.484,93	5.528,93	100,26%	25,13%
Receita Agropecuária		-	-	-	-	-	0,00%
Receita Industrial		992.710,00	992.710,00	891.240,65	(101.469,35)	89,78%	10,33%
Receitas de Serviços		1.841.459,00	1.841.459,00	2.023.640,88	182.181,88	109,89%	23,46%
Transferências Correntes		-	-	-	-	-	0,00%
Outras Receitas Correntes		2.534.584,00	2.534.584,00	3.116.157,11	581.573,11	122,95%	36,12%
RECEITAS DE CAPITAL		180.000,00	180.000,00	428.050,00	248.050,00	237,81%	4,96%
Operações de Crédito		-	-	-	-	-	0,00%
Alienação de Bens		180.000,00	180.000,00	428.050,00	248.050,00	237,81%	4,96%
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-	-	0,00%
Transferências de Capital		-	-	-	-	-	0,00%
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-	-	0,00%
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-	-	0,00%
SUBTOTAL DE RECEITAS		7.711.709,00	7.711.709,00	8.627.573,57	915.864,57	111,88%	100,00%
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	0,00%
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		7.711.709,00	7.711.709,00	8.627.573,57	915.864,57	111,88%	100,00%
DÉFICIT		-	-	4.140.097.522,57	4.140.097.522,57	-	-
TOTAL		7.711.709,00	7.711.709,00	4.148.725.096,14	4.141.013.387,14		

Fonte: SIAFI

Despesas orçamentárias	Nota Explicativa	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo da dotação	AV
DESPESAS CORRENTES		4.321.733.857,00	4.329.961.836,00	4.132.337.925,46	4.103.498.399,61	4.100.127.366,52	197.623.910,54	99,77%
Pessoal e Encargos Sociais	10	3.694.078.036,00	3.672.270.109,00	3.512.417.117,68	3.512.417.117,68	3.512.417.117,68	159.852.991,32	85,40%
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes		627.655.821,00	657.691.727,00	619.920.807,78	591.081.281,93	587.710.248,84	37.770.919,22	14,37%
DESPESAS DE CAPITAL		49.641.815,00	41.413.836,00	16.387.170,68	9.555.945,61	9.251.967,09	25.026.665,32	0,23%
Investimentos		49.641.815,00	41.413.836,00	16.387.170,68	9.555.945,61	9.251.967,09	25.026.665,32	0,23%
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-	
ESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-	
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DAS DESPESAS		4.371.375.672,00	4.371.375.672,00	4.148.725.096,14	4.113.054.345,22	4.109.379.333,61	222.650.575,86	100%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		4.371.375.672,00	4.371.375.672,00	4.148.725.096,14	4.113.054.345,22	4.109.379.333,61	222.650.575,86	100%
TOTAL		4.371.375.672,00	4.371.375.672,00	4.148.725.096,14	4.113.054.345,22	4.109.379.333,61	222.650.575,86	100%

Fonte: SIAFI

QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Despesas orçamentárias	Nota Explicativa	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		9.188.189,50	53.292.318,40	37.422.812,90	37.256.468,91	7.225.321,17	17.998.717,82
Pessoal e Encargos Sociais		88.616,72	3.109.066,78	2.316.517,98	2.316.517,98	88.616,72	792.548,80
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		9.099.572,78	50.183.251,62	35.106.294,92	34.939.950,93	7.136.704,45	17.206.169,02
DESPESAS DE CAPITAL		18.312.291,07	7.995.356,33	7.635.665,17	7.624.107,73	3.033.795,53	15.649.744,14
Investimentos		18.312.291,07	7.995.356,33	7.635.665,17	7.624.107,73	3.033.795,53	15.649.744,14
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL		27.500.480,57	61.287.674,73	45.058.478,07	43.663.230,98	2.364.725,30	33.648.461,96

Fonte: SIAFI

QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Despesas orçamentárias	Nota Explicativa	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		6.122.323,54	2.247.973,88	586.166,16	402.709,84	7.381.421,42
Pessoal e Encargos Sociais		3.429.634,66	1.232.551,75	-	-	4.662.186,41
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		2.692.688,88	1.015.422,13	586.166,16	402.709,84	2.719.235,01
DESPESAS DE CAPITAL		45.725,50	31.164,14	31.164,14	-	45.725,50
Investimentos		45.725,50	31.164,14	31.164,14	-	45.725,50
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		6.168.049,04	2.279.138,02	589.722,93	402.709,84	7.427.146,92

Fonte: SIAFI

BALANÇO FINANCEIRO

Ingressos	Notas Explicativas	2018	2017
Receitas Orçamentárias		8.627.573,57	9.809.933,00
Ordinárias		-	2.162,98
Vinculadas		9.148.405,54	11.406.446,96
Alienação de Bens e Direitos		856.100,00	653.380,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		8.292.305,54	10.753.066,96
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-520.831,97	-1.598.676,94
Transferências Financeiras Recebidas		4.249.229.557,41	3.887.956.952,85
Resultantes da Execução Orçamentária		4.241.033.763,58	3.880.795.710,62
Cota Recebida		4.232.909.682,04	3.874.706.880,84
Repasso Recebido		8.124.081,54	6.088.829,78
Independentes da Execução Orçamentária		8.195.793,83	7.161.242,23
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		20.000,00	30.400,00
Demais Transferências Recebidas		7.241.707,44	5.215.889,92
Movimentação de Saldos Patrimoniais		934.086,39	1.914.952,31
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		43.629.301,98	65.288.879,53
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		3.675.011,61	2.242.941,14
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		35.670.750,92	61.287.674,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.198.331,41	1.751.825,52
Outros Recebimentos Extraorçamentários		85.208,04	6.438,14
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		47.927,96	-
Arrecadação de Outra Unidade		37.280,08	-
Valores para Compensação		-	6.438,14
Saldo do Exercício Anterior		317.885.402,50	520.428.132,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	317.885.402,50	520.428.132,36
	Total	4.619.371.835,46	4.483.483.897,74

Fonte: SIAFI

Dispêndios	Notas Explicativas	2018	2017
Despesas Orçamentárias		4.148.725.096,14	4.121.485.385,15
Ordinárias		3.624.938.589,62	3.585.696.000,51
Vinculadas		523.786.506,52	535.789.384,64
Seguridade Social (Exceto RGPS)		516.618.206,24	526.959.475,00
Operação de Crédito			5.497.363,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		7.168.300,28	3.332.546,64
Transferências Financeiras Concedidas		16.263.478,67	12.465.911,77
Resultantes da Execução Orçamentária		8.050.404,76	5.332.906,56
Repasso Concedido		8.050.404,76	5.332.906,56
Independentes da Execução Orçamentária		8.213.073,91	7.133.005,21
Demais Transferências Concedidas		7.241.707,44	5.215.889,92
Movimento de Saldos Patrimoniais		971.366,47	1.917.115,29
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Despesas Extraorçamentárias		55.912.620,08	31.647.198,32
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		617.330,30	1.098.645,78
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		44.880.576,64	28.756.181,08
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.134.443,39	1.792.371,46
Outros Pagamentos Extraorçamentários		6.280.269,75	-
Valores Compensados		4.311,41	
Demais Pagamentos		6.275.958,34	
Saldo para o Exercício Seguinte		398.470.640,57	317.885.402,50
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	398.470.640,57	317.885.402,50
	Total	4.619.371.835,46	4.483.483.897,74

Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Especificação	Notas Explicativas	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		97.064.427,03	-163.402.473,52
INGRESSOS		4.261.664.692,47	3.899.198.459,51
Receitas Derivadas e Originárias		8.199.523,57	9.483.243,00
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		2.168.484,93	1.825.227,21
Receita Industrial		891.240,65	1.011.032,84
Receita de Serviços		2.023.640,88	1.725.741,48
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		3.116.157,11	4.921.241,47
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		4.253.465.168,90	3.889.715.216,51
Ingressos Extraorçamentários		4.198.331,41	1.751.825,52
Transferências Financeiras Recebidas		4.249.229.557,41	3.887.956.952,85
Arrecadação de Outra Unidade		37.280,08	
Valores para Compensação			6.438,14

continua

Especificação	Notas Explicativas	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		97.064.427,03	-163.402.473,52
DESEMBOLSOS		-4.164.600.265,44	-4.062.600.933,03
Pessoal e Demais Despesas		-3.891.376.774,69	-3.783.779.134,31
Legislativo		-1.974.181.787,52	-1.883.567.661,86
Judiciário		-664.835,64	-547.400,00
Essencial à Justiça		-17.057,41	-40.000,00
Administração		-20.000,00	-20.000,00
Defesa Nacional		-28.783,64	-
Previdência Social		-1.916.512.238,44	-1.899.604.072,45
Saúde		-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		47.927,96	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-246.545.298,94	-264.563.515,49
Intergovernamentais		-	-
Intragovernamentais		-245.287.548,07	-263.772.196,54
Outras Transferências Concedidas		-1.257.750,87	-791.318,95
Outros Desembolsos das Operações		-26.678.191,81	-14.258.283,23
Dispêndios Extraorçamentários		-4.134.443,39	-1.792.371,46
Transferências Financeiras Concedidas		-16.263.478,67	-12.465.911,77
Valores Compensados		-4.311,41	-
Demais Pagamentos		-6.275.958,34	-

continua

Especificação	Notas Explicativas	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-16.479.188,96	-39.140.256,34
INGRESSOS		428.050,00	326.690,00
Alienação de Bens		428.050,00	326.690,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-16.907.238,96	-39.466.946,34
Aquisição de Ativo Não Circulante		-12.119.363,02	-32.580.828,28
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-4.787.875,94	-6.886.118,06
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		80.585.238,07	-202.542.729,86
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		317.885.402,50	520.428.132,36
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		398.470.640,57	317.885.402,50

Fonte: SIAFI

NOTAS EXPLICATIVAS

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Senado Federal foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 7ª edição) e o Manual Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras (UGs) do Senado Federal constantes da tabela abaixo:

Órgão	Unidade Gestora	Descrição
Senado Federal	020001	Senado Federal
Fundo Especial do Senado Federal	020054	Fundo Especial do Senado Federal

Fonte: SIAFI

No presente relatório, estão evidenciadas as Demonstrações Contábeis com base no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP) e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- Notas Explicativas.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Senado Federal, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa – Incluem conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Demais créditos e valores a curto prazo – Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos e (ii) créditos por dano ao patrimônio. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros. Os créditos a receber são atualizados com base na variação da taxa Selic. É constituído também ajuste para perdas, considerando a natureza, o prazo de vencimento e o histórico de sucesso das cobranças administrativas realizadas.

Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda, almoxarifado e outros estoques. São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) na entrada, pelo custo de aquisição ou produção; e (ii) na saída, pelo custo médio ponderado. Não se constitui ajuste para perda de estoques, tendo em vista que os tipos de materiais estocados e os controles existentes tornam as perdas, quando ocorrem, insignificantes.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Depreciação de bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A vida útil e o valor residual utilizados foram considerados segundo critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na Macrofunção 02.03.30, conforme tabela abaixo:

Conta contábil	Vida útil (anos)	Valor residual
Aparelhos de medição e orientação	15	10%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
Máquinas e utensílios agropecuários/rodoviários	10	10%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
Mobiliário em geral	10	10%
Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
Instrumentos musicais e artísticos	20	10%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
Veículos em geral	15	10%
Veículos de tração mecânica	15	10%
Armamentos	20	15%
Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

Fonte: Manual SIAFI – Macrofunção 02.03.30.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014. O valor depreciado é de responsabilidade daquela SPU, sendo apurado mensalmente e lançado automaticamente pelo SPIUnet.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = \frac{n^2 - x^2}{n^2}$$

Onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil

x = vida útil transcorrida da aquisição

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível – O ativo intangível é formado exclusivamente pelos *softwares* adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição, deduzida a respectiva amortização acumulada. As aquisições de licenças de uso de *software* que não possuem prazo contratual, ou seja, sem vida útil definida, não foram amortizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para os *softwares* com vida útil definida, a amortização é calculada observando-se a vigência contratual e se dá de acordo com o Manual Siafi, Macrofunção 02.03.30.

Reavaliação – Quanto aos bens imóveis, em Abril/2018, foi efetuada a reavaliação dos bens pelo Serviço de Documentação e Administração de Imóveis – SEAIM/SPATR, utilizando-se como base o Custo Unitário Básico de Construção (CUB/m²) divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF).

Passivos circulantes e não circulantes – As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do Resultado – No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:



Resultado Patrimonial – A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando a saída de recursos ou a redução de ativos ou a assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.



Resultado Orçamentário – O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro – O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

Em 24 de setembro de 2015, foi publicada a Portaria STN nº 548 que aprovou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP), com a descrição dos procedimentos contábeis patrimoniais e respectivos prazos. No âmbito do Senado Federal, a implantação desses procedimentos é demonstrada conforme tabela abaixo:

Procedimentos Contábeis Patrimoniais (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Situação atual
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2017	Não aplicável
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2018	Não aplicável
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Imediato	Implementado
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Não aplicável
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2018	Implementado, e, quando aplicáveis, os registros são tempestivamente reconhecidos
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2018	Implementado, e, quando aplicáveis, os registros são tempestivamente reconhecidos
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Imediato	Implementado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Não aplicável

Procedimentos Contábeis Patrimoniais (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Situação atual
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	01/01/2021	Não aplicável
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Imediato	Não aplicável
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	Imediato	Implementado
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Não aplicável
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Imediato	Implementado, e, quando aplicáveis, os registros são tempestivamente reconhecidos
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.	Implementado, e, quando aplicáveis, os registros são tempestivamente reconhecidos
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Implementado
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.	Implementado
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Imediato	Não aplicável
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2019	Implementado
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.	Não aplicável

NOTA EXPLICATIVA 1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e em bancos para aplicação nas operações da entidade.

Detalhamento	31/12/2018	31/12/2017	AV*	AH*
Bancos conta movimento – demais contas – Caixa Econômica Federal	1.261.549	1.290.509	0,32%	-2,24%
UG 020001	1.261.549	1.290.509	0,32%	-2,24%
Limite de saque com vinculação de pagamento	397.209.091	316.594.892	99,68%	25,46%
UG 020001	266.109.332	184.406.091	66,78%	44,31%
UG 020054	131.099.759	132.188.801	32,90%	-0,82%
TOTAL	398.470.641	317.885.402	100,00%	76,68%

Fonte: SIAFI

*AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal.

Limite de saque com vinculação de pagamento

Registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da Conta Única destinado a despesas de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). O detalhamento do saldo do limite de saque consta da tabela abaixo:

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

Identificação dos recursos	31/12/2018	31/12/2017	AV*	AH*
00 – Recursos ordinários	229.820.906	148.692.693	57,86%	54,56%
UG 020001	229.815.428	148.687.214	57,86%	54,56%
UG 020054	5.479	5.479	0,00%	0,00%
50 – Recursos não financeiros diretamente arrecadados	131.605.746	132.694.789	33,13%	-0,82%
UG 020001	511.466	511.466	0,13%	0,00%
UG 020054	131.094.281	132.183.323	33,00%	-0,82%
51 – Contribuição social s/ o lucro das Pessoas Jurídicas	31.012.296	31.012.296	7,81%	0,00%
UG 020001	31.012.296	31.012.296	7,81%	0,00%
53 – Contribuição p/ o financiamento da seguridade social	76.117	76.117	0,02%	0,00%
UG 020001	76.117	76.117	0,02%	0,00%
56 – Contribuição do plano de seguridade social do servidor	24.115	0	0,01%	
UG 020001	24.115		0,01%	
63 – Rec. Prop. Decor. Alien. Bens e Dir. do Patr. Publ.	919.350	491.300	0,23%	87,13%
UG 020001	919.350	491.300	0,23%	87,13%
UG 020054	0		0,00%	
69 – Contrib. Patronal p/ Plano de Segurid. Soc Serv.	31.565	1.551	0,01%	1.935,78%
UG 020001	31.565	1.551	0,01%	1.935,78%
80 – Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	0	0	0,00%	
UG 020001			0,00%	
90 – Recursos diversos	3.718.996	3.626.148	0,94%	2,56%
UG 020001	3.718.996	3.626.148	0,94%	2,56%
Total	397.209.091	316.594.893	100,00%	25,46%

Fonte: SIAFI

*AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal.

Verifica-se que a maior parte do limite de saque é de recursos ordinários, ou seja, não possui vinculação específica e pode ser alocado discricionariamente pelo gestor, respeitando-se a legislação vigente.

Os recursos não-financeiros diretamente arrecadados constantes da UG 020054 (Fundo Especial do Senado Federal) referem-se a receitas próprias recebidas a título, principalmente, de comercialização da Gráfica do Senado e acumuladas ao longo de exercícios anteriores.

NOTA EXPLICATIVA 2 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreende os valores a receber por transações realizáveis a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a composição desses valores:

Detalhamento	31/12/2018	31/12/2017	AV	AH
Adiantamentos concedidos	58.151	-	1,55%	-
Tributos a recuperar/compensar	7.391	3.080	0,20%	140,00%
Créditos por danos ao patrimônio	13.325.532	14.525.416	355,64%	-8,26%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	955.884	-	25,51%	-
Subtotal	14.346.957	14.528.495	382,90%	-1,25%
(-) Ajustes para perdas	-10.600.028	-435.762	-282,90%	2.332,52%
TOTAL	3.746.929	14.092.733	100,00%	-73,41%

Fonte: SIAFI

Créditos por danos ao patrimônio

O valor mais expressivo nesse grupo corresponde aos Créditos por Danos ao Patrimônio, que englobam aqueles decorrentes de créditos administrativos (cobrança administrativa) registrados na contabilidade após apuração de seu valor e definida a responsabilidade do devedor. Atualmente, os créditos inadimplentes superiores a R\$ 1.000,00 são encaminhados para inscrição na Dívida Ativa da União, consoante prescreve a Portaria-MF nº 75, de 2012.

Dentre os Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio, destacam-se os Créditos a Receber por Débito de Terceiro em Prestação de Serviços e os Créditos a Receber por Folha de Pagamento. Tratam-se, respectivamente, de créditos constituídos por aplicação de multa a empresas por descumprimento de contrato/licitação e créditos constituídos por ocasião de acertos rescisórios de pessoal comissionado e ex-pensionistas.

Ajustes para Perdas

Dentro do grupo, houve grande variação nos valores lançados em Ajustes para Perdas, devido ao novo cálculo efetuado pelo Senado Federal para melhor adequação ao Manual SIAFI, conforme explicitado abaixo:

Para a mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, utilizou-se a metodologia recomendada na Macrofunção 020342 – AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS, ou seja, baseada no histórico de recebimentos passados.

Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber.

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x Saldo atualizado da conta de valores a receber)

A partir dos quocientes de recebimento de cada exercício, calcula-se o quociente médio de recebimento, somando-se os quocientes de recebimento dos exercícios x1, x2 e x3 e dividindo-se o resultado da soma por três. Em termos matemáticos: (Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3) / 3.

Para efeito de quociente de recebimento, foi apurado no Sistema SISGRU o total de recolhimento dos códigos 28852, 28867 e 28881 dos últimos 3 exercícios, que divididos pelo saldo total da conta 1.1.3.0.0.00.00 chegou-se aos quocientes de recebimento 6%, 46% e 22% respectivamente para os anos de 2016, 2017 e 2018, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2017	2018
Código de Recolhimento 28852	R\$ 69.849,09	R\$ 56.418,34	R\$ 91.915,83
Código de Recolhimento 28867	R\$ 3.109.096,02	R\$ 3.432.848,32	R\$ 915.033,35
Código de Recolhimento 28881	R\$ 1.513.395,46	R\$ 3.159.826,83	R\$ 2.155.798,65
TOTAL	R\$ 4.694.356,57	R\$ 6.651.110,49	R\$ 3.164.765,83
SIAFI	Saldo em 31/12	Saldo em 31/12	Saldo em 31/12
1.1.3.0.0.00.00	R\$ 80.859.530,14	R\$ 14.528.495,26	R\$ 14.523.813,71
Quociente de recebimento anual	6%	46%	22%

Assim, o quociente médio de recebimento ficou em 24% (6% + 46% + 22% / 3).

E, conseqüentemente as perdas estimadas foram de 76%, índice que foi aplicado nos saldos das contas 1.1.3.4.1.01.00, 1.1.3.4.1.06.00 e 1.1.3.8.1.12.00.

Conta Contábil	2018	Perdas Estimadas
1.1.3.4.1.01.01	R\$ 2.197.432,08	R\$ 1.659.973,04
1.1.3.4.1.01.06	R\$ 11.128.099,62	R\$ 8.406.332,77
1.1.3.8.1.12.00	R\$ 706.528,53	R\$ 533.722,21
	R\$ 14.032.060,23	R\$ 10.600.028,02

NOTA EXPLICATIVA 3 – VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE

As Variações Patrimoniais pagas antecipadamente referem-se a Prêmios e Seguros a Apropriar, Assinaturas e Serviços a Apropriar e outros Serviços pagos antecipadamente. Em 2018, destacou-se o valor do contrato 118/2018, com a empresa MCR Sistemas e Consultoria LTDA, para o fornecimento de assinatura de aplicativos da suíte ADOBE no modelo ETLA, durante 12 (doze) meses consecutivos, no valor global de R\$ 1.596.370,00. Esse valor foi pago de uma vez só, e a despesa relacionadas à utilização do serviço será apropriada mensalmente ao longo dos 12 (doze) meses.

NOTA EXPLICATIVA 4 – IMOBILIZADO

O Imobilizado do Senado Federal é composto de bens móveis e bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, em 31/12/2018 e em 31/12/2017.

Detalhamento	31/12/2018	31/12/2017	AV	AH
Bens Móveis	295.915.809	338.405.320	50,51%	-12,56%
Bens Imóveis	472.051.134	327.231.832	80,57%	44,26%
(-) Deprec., Exaustão e Amortização Acumulada	- 182.099.405	-100.754.342	-31,08%	80,74%
Total	585.867.539	564.882.811	100,00%	3,71%

Fonte: SIAFI

BENS MÓVEIS

Os bens móveis são registrados no Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoxarifado (SPALM), que gerencia todas as movimentações referentes aos bens móveis das diversas unidades organizacionais do Senado Federal.

Dentro das classes de bens móveis, destacam-se os Bens de Informática (R\$ 109,9 milhões) e os equipamentos para áudio, vídeo e foto (R\$ 59,7 milhões) que fazem parte do item material cultural, educacional e de comunicação. Os primeiros se destacam pela importância do parque de informática para o desenvolvimento das atividades da Casa, enquanto os equipamentos de áudio, vídeo e foto são necessários devido à existência de diversas mídias de telecomunicação.

Com o advento das Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, com vistas à convergência das práticas contábeis na Administração Pública às Normas Internacionais de Contabilidade, o foco do controle dirigiu-se para a mensuração patrimonial. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no item 5.2.2, que trata do reconhecimento das variações patrimoniais:

“A falta de registro de direitos e obrigações oriundas de variações patrimoniais quantitativas e qualitativas já incorridas resultará em demonstrações incompatíveis com as normas de contabilidade, além da geração de informações incompletas em demonstrativos exigidos pela LRF, a exemplo do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, tendo como consequência análise distorcida da situação fiscal e patrimonial do ente”.

Ademais, a fidedignidade dos registros contábeis dos atos e fatos que afetam o patrimônio da entidade pública é exigência prevista na Lei nº 4.320/64:

“Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial.

Art. 94. Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.

Art. 95. A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.

Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.” (grifo nosso)

Diante da evidente obrigatoriedade de os registros contábeis guardarem correspondência com o rol de bens que compõem o patrimônio da entidade, e, ainda, com a exigência trazida pela NBC T 16.9 de que a partir do exercício de 2010 fosse adotada a prática da depreciação, amortização e exaustão dos bens registrados no Ativo Imobilizado dos entes do setor público, tornou-se necessário adotar todas as providências necessárias à organização do acervo patrimonial do Senado, com a consequente compatibilização com os registros contábeis.

Assim sendo, com o fim de dar cumprimento aos normativos vigentes, efetuamos os registros contábeis no SIAFI dos lançamentos de conciliação dos saldos dos bens patrimoniais registrados nas contas 1.2.3.1.1.00.00 – BENS MÓVEIS bem como da conta 1.2.3.8.1.01.00 - DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS, de acordo com o Relatório do Inventário de 2018 dos Bens Permanentes do Senado Federal.

BENS IMÓVEIS

Os bens imóveis em uso pelo Senado Federal totalizavam R\$ 472 milhões em 31/12/2018, apresentando um aumento de mais de 44% em relação ao exercício anterior, devido principalmente à reavaliação de bens imóveis de uso especial no Sistema SpiuNet, efetuados

em Abril de 2018. Além disso, em dezembro, o Senado Federal assinou Acordo de Cooperação para a criação do Centro Cultural dos Poderes da República, com o objetivo de reunir a história e os acervos dos três Poderes da República. Dessa forma, os imóveis de Uso Especial já começaram a ser transferidos para o órgão do Senado Federal, o que gerou um lançamento da ordem de R\$ 12,3 milhões no grupo de Bens Imóveis.

NOTA EXPLICATIVA 5 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIALISTAS A PAGAR

Compreendem os valores a pagar a pessoal, tais como remunerações, décimo terceiro salário, férias. Também compreendem os respectivos encargos previdenciários. O aumento do valor em relação ao exercício anterior diz respeito ao registro da Provisão de Décimo Terceiro Salário a Pagar e Provisão de Férias do período efetuados ao longo do exercício de 2018 em atendimento à legislação em vigor, especialmente à Macrofunção 021142 - FOLHA DE PAGAMENTO, do Manual SIAFI. Ao final do exercício de 2018, após apuração e conciliação de Adiantamento de Férias e 13º salário a pagar com as respectivas Provisões, o saldo remanescente foi de R\$ 92,6 milhões de Férias a Pagar. O Senado Federal providenciou os ajustes necessários junto ao sistema de Recursos Humanos para atender às demandas da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas da União.

NOTA EXPLICATIVA 6 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Compreende os valores a pagar a credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços. Em 31/12/2018, o Senado Federal apresentou saldo de R\$ 917.313,65 nesse grupo, conforme se observa no detalhamento apresentado na tabela abaixo:

Fornecedor	Objeto	31/12/2018	AV
OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	Prestação de serviço telefônico fixo comutado.	390.883,46	42,61%
FORTALEZA SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI	Prestação de serviços de limpeza e conservação.	185.817,00	20,26%
SERVEGEL - APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL L	Serviços de apoio técnico, operacional e administrativo.	82.961,76	9,04%
ENTHERM ENGENHARIA DE SISTEMAS TERMOMECHANICOS LTDA - EP	Prestação de serviços de manutenção e conservação de sistemas e equipamentos de ar condicionado.	73.904,01	8,06%
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	Serviços de apoio técnico, operacional e administrativo.	39.688,97	4,33%
RCS TECNOLOGIA LTDA	Prestação de serviços de manutenção e conservação de imóveis.	26.697,31	2,91%
Demais Fornecedores	Vários objetos	117.361,14	12,79%
Total		917.313,65	100%



NOTA EXPLICATIVA 7 – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

A rubrica apresentou elevada variação no período. Em abril/2018, foi feita a reavaliação de imóveis do Senado Federal, o que resultou na diferença de valores na rubrica.

NOTA EXPLICATIVA 8 – COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As Variações Patrimoniais Diminutivas – VPDs são os decréscimos no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de saída de recurso ou redução de ativo ou incremento em passivo, que resulte em decréscimo do patrimônio líquido. Dessa forma, são as despesas efetivas que alteram o resultado patrimonial da entidade.

No Senado Federal, a composição das VPDs se dá da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Pessoal e Encargos	1.782.068.601	1.717.117.389	3,78%	41,44%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.916.662.541	1.901.520.883	0,80%	44,57%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	519.973.266	424.789.358	22,41%	12,09%
Outros	81.821.786	87.018.815	-5,97%	1,90%
Total	4.300.526.194	4.130.446.445	4,12%	100,00%

Fonte: SIAFI

Observa-se que em torno de 86% das VPDs do Senado Federal são para atender despesas com Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais. Isso decorre da característica intrínseca à função do órgão, a atividade legislativa, que demanda majoritariamente o uso de recursos de pessoal.

Além disso, é possível observar que o órgão apresentou, no período, um aumento de 4,12% no total das VPDs, sendo que nas despesas com Pessoal, Encargos e Benefícios o aumento foi de 4,58%.

**NOTA EXPLICATIVA 9 –VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS**

Foram pagos, em Abril e Maio/2018, valores referentes a PSSS Patronal de servidores e ex-servidores do Senado Federal, de exercícios anteriores, incidindo multa e juros sobre os valores.

NOTA EXPLICATIVA 10 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

A parcela do orçamento gasta com despesa de pessoal é em torno de 86% do total da dotação, característica intrínseca à atividade legislativa.

AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. **Tipografia**. Tradução de Priscila Lena Farias. Porto Alegre: Bookman, 2011. 184 p.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Relatório de Gestão 2017**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

_____. Senado Federal. **Manual de identidade visual**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/identidadevisual/>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

_____. Senado Federal. **Relatório de Gestão do Exercício de 2017**. Julho de 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/paginas-tomada-de-contas/exercicio-de-2017-senado-federal>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

_____. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa TCU 170**, de 19 de setembro de 2018. Dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem prestar contas de suas gestões ocorridas no exercício de 2018, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

_____. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa TCU 172**, de 12 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a relação das unidades prestadoras de contas cujos responsáveis terão as contas de 2018 julgadas pelo Tribunal e especifica a forma, os prazos e os conteúdos para a elaboração das peças de responsabilidade dos órgãos de controle interno e das instâncias supervisoras que comporão os processos de contas, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

_____. Tribunal de Contas da União. **Orientações gerais para a elaboração dos relatórios de gestão 2018**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

_____. Tribunal de Contas da União. **Relatório de gestão na forma de relato integrado**: evolução da prestação de contas. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

LUPTON, Ellen; PHILLIPS, Jennifer Cole. **Novos fundamentos do design**. Tradução de Cristian Borges. São Paulo: Cosac Naify, 2008. 248 p.

PINTEREST. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

SAMARA, Timothy. **GRID**: construção e desconstrução. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2007. 208 p.

SKOLOS, Nancy; WEDELL, Thomas. **O processo do design gráfico**: do problema à solução, vinte estudos de casos. São Paulo: Rosari, 2012. 186 p.

COORDENAÇÃO

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

Gabriela Agostinho Borges

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Ana Beatriz dos Santos Gonçalves

Sharlene Gonçalves de Araújo

PESQUISA, ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO E IMAGENS

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

Alexandre de Lana Silva

Ana Beatriz dos Santos Gonçalves

Sharlene Gonçalves de Araújo

REVISÃO DE CONTEÚDO

Consultoria Legislativa

José Dantas Filho

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

Alexandre de Lana Silva

IMAGENS, LOGOS E ÍCONES

Coordenação de Publicidade e Marketing

Fábio Alves Duarte

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

Adriana Rosangela Lima Reis

Krisley Kenia Ribeiro Leite

Serviço de Fotografia

Leonardo Alves Sá

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Secretaria de Gestão de Informação e Documentação

Marcela Caldas Villas Boas de Carvalho

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Secretaria de Editoração e Publicações

Hélio Lopes de Azevedo

Rodrigo César de Melo Barbosa

Tatiana Nassif Derze

CAPÍTULO 1 - CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

Adriano Torres Ribeiro de Castro

Wennder Indalecio Oliveira Fidelis

CAPÍTULO 2 - RESULTADOS DA GESTÃO

Diretoria-Geral

Daniel de Souza Pinto

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

Adriano Torres Ribeiro de Castro

Wennder Indalecio Oliveira Fidelis

CAPÍTULO 3 - ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

Alexandre de Lana Silva

Secretaria de Gestão de Pessoas

Adriana Cristina Repelevicz de Albernaz

Paulo Ricardo dos Santos Meira

CAPÍTULO 3 - ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

Instituto Legislativo Brasileiro

Jorge Porcaro

Pedro Felipe Soares Alcanfor Ximenes

Secretaria de Tecnologia da Informação PRODASEN

Alessandro Pereira de Albuquerque

Alexandre Coelho Batista Junior

José Coelho Ávila

Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais

Danielle Abud Pereira

Fernanda Campello

Karin Kässmayer

Secretaria de Comunicação Social

Ana Lucia Novelli

Igor da Silva Brito

Secretaria de Gestão de Informação e Documentação

José Ricardo Melo Albuquerque

Maria do Socorro Castro Ferreira Machado

Wênis de Almeida Batista

Ouvidoria

Mauro de Moraes Vergne

Secretaria de Patrimônio

Gustavo de Oliveira Kaufmann

Josefina Valle de Oliveira Pinha

Thais de Carvalho Borges

Secretaria de Administração de Contratações

Felipe Orsetti Prado

Marco Aurélio Rocha Freire

Rodrigo Galha

Coordenação de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário

Ana Júlia Eiras da Silveira

Larissa Ferreira Soares Almeida

Maxwell Perona Ribeiro

CAPÍTULO 4 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade

Cecília Maria de Oliveira Guimarães

Luiz Henrique de Paiva Marques

Olivan Duarte de Almeida

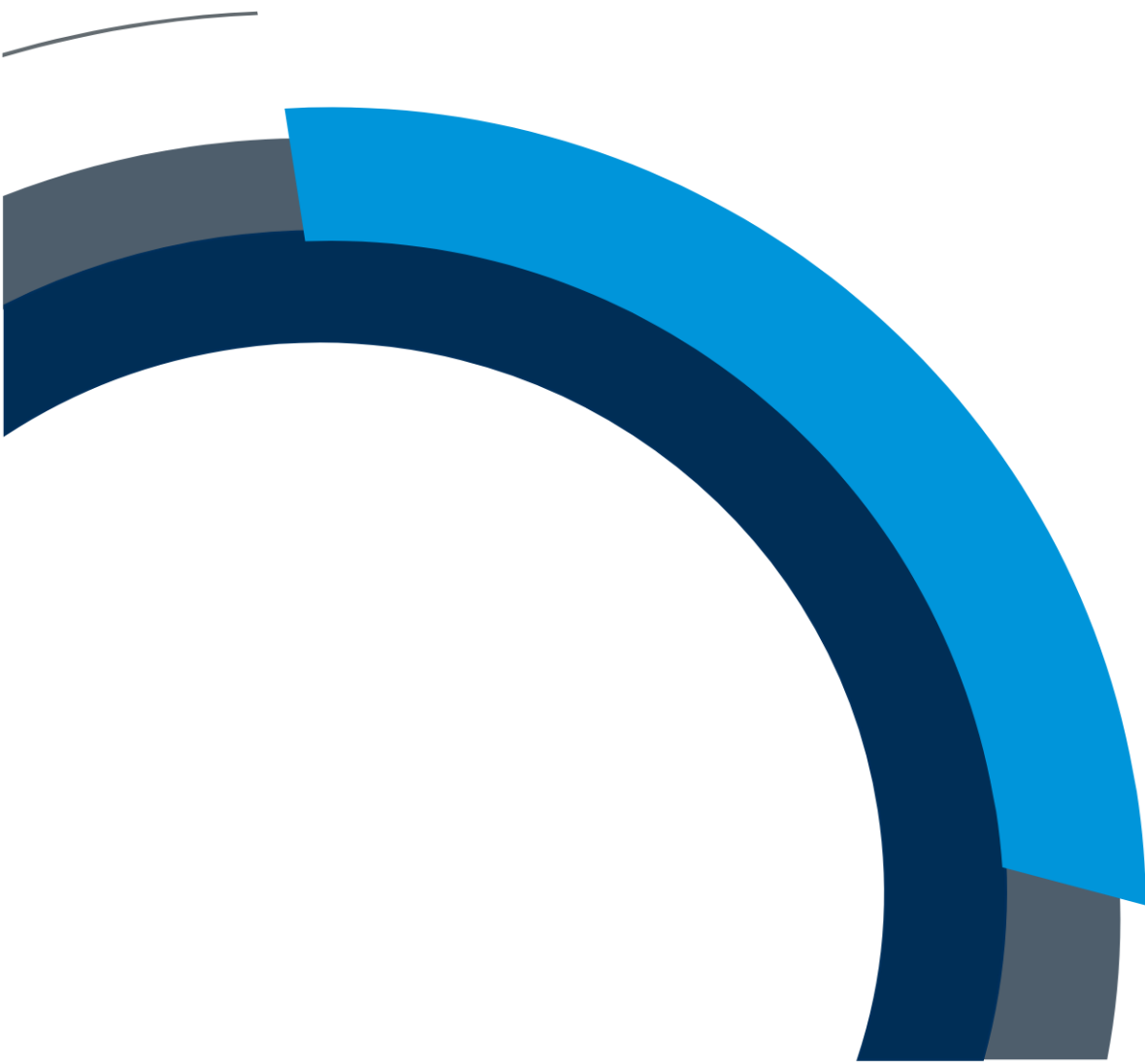
AGRADECIMENTOS

Bruno Bitencourt

Camila Sena Hott

Escritórios Setoriais de Gestão

Raul Rodrigues Grilo



RELATÓRIO DE GESTÃO

2018

SENADO
FEDERAL

